



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Vice-Governadoria
Secretaria do Planejamento e Gestão

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E REGIONALIZADO

PPA 2012/2015



MACRORREGIÃO CARIRI/CENTRO-SUL
2012

CID FERREIRA GOMES
GOVERNADOR

DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO
VICE-GOVERNADOR

IVO FERREIRA GOMES
GABINETE DO GOVERNADOR

ARIALDO DE MELLO PINHO
CASA CIVIL

JOEL COSTA BRASIL
CASA MILITAR

FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANTONIO EDUARDO DIOGO DE SIQUEIRA FILHO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

JOÃO ALVES DE MELO
CONTROLADORIA E OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO

EDGAR LINHARES LIMA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

IVAN RODRIGUES BEZERRA
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA
CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
SECRETARIA DAS CIDADES

RENÉ TEIXEIRA BARREIRA
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

FRANCISCA ANDRADE DE MORAIS (RESPONDENDO)
SECRETARIA DA CULTURA

JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

FERRUCCIO PETRI FEITOSA
SECRETARIA ESPECIAL DA COPA 2014

ESMERINO OLIVEIRA ARRUDA COELHO JÚNIOR
SECRETARIA DO ESPORTE

CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO
SECRETARIA DA FAZENDA

FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

MARIANA LOBO BOTELHO ALBUQUERQUE
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

FLÁVIO BEZERRA DA SILVA
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA

CÉSAR AUGUSTO PINHEIRO
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS
SECRETARIA DA SAÚDE

FRANCISCO JOSÉ BEZERRA RODRIGUES
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA
SECRETARIA DO TURISMO

ANDRÉA MARIA ALVES COELHO
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL

Sede das Oficinas Regionais - 2011

Macrorregiões de Planejamento



MENSAGEM DO GOVERNADOR

“O Ceará que estamos edificando será o resultado de uma construção coletiva, fundada na tolerância e na pluralidade de opinião, na convivência com a divergência e na capacidade de construir consensos. Colocar o melhor de nossas capacidades, de nossa inteligência, de nossa força, na concretização do projeto de crescimento com sustentabilidade, de bem-estar social para todos, é o meu compromisso e o de todos que ao meu lado me seguirão pelos próximos quatro anos”.

Com essas palavras, reiterarei, na abertura do documento do Plano Plurianual 2012 - 2015, o propósito, declarado no meu discurso de posse de recondução ao Governo do Ceará, de adotar a participação social como princípio para governar. Conclamamos agora buscarmos juntos a realização dos objetivos e metas e o alcance dos resultados que orientam o PPA do próximo quadriênio.

Sem dúvida, esse novo Plano incorpora as diretrizes traçadas a partir das contribuições advindas do compartilhamento de idéias, experiências e expectativas dos grupos de trabalho que apoiaram a continuidade da minha gestão. Por sua vez, a participação democrática da sociedade, que se deu por ocasião das oficinas regionais para elaboração do PPA 2012 – 2015, promovidas em 2011, consolidou a aprovação, pela população, de o Governo seguir buscando aperfeiçoar os resultados das conquistas da primeira gestão, ao mesmo tempo em que contribuiu, nas discussões, para inovação dos programas e projetos.

Dentre as orientações que marcaram a elaboração do presente PPA, destaco: a nova metodologia proposta pelo Governo Federal, à qual o Governo Estadual aderiu, visando conferir à Lei caráter estratégico, superando a condição de orçamento plurianual, com observância do preceito constitucional de estabelecer objetivos, diretrizes e metas; o objetivo expresso de realizar uma gestão por resultados ao apresentar indicadores estratégicos de governo e setoriais; e a apresentação dos compromissos regionais que levará à integração das políticas e pactuação com os entes federados e organizações da sociedade, todos delineando em termos gerais, o Ceará almejado no médio e longo prazos.

Manifesto a minha grata satisfação de nos reunirmos mais uma vez, para a realização do V Fórum de Planejamento Participativo e Regionalizado com o fim de apresentar a programação de Governo para o período 2012-2015 nas oito macrorregiões de planejamento estadual.

O PPA elaborado com a participação da sociedade cearense, por meio de seus legítimos representantes, se deu com a realização das 17 Oficinas Regionais de Planejamento Participativo no período junho/julho de 2011, envolvendo cerca de 4.700 pessoas. Nestes encontros reafirmamos nosso compromisso de promover a interlocução com os cearenses, ampliando e consolidando a coalizão social e política, promovendo o debate inteligente e fomentador de novas idéias.

Continuamos firmes no propósito de alavancar importantes setores de desenvolvimento social e econômico do nosso Estado, com a implantação e fortalecimento da infraestrutura econômica, social e urbana, a dinamização de importantes atividades e a ampliação da oferta de bens e serviços destacando as áreas de saúde, educação, segurança, trabalho e renda voltados para o acesso da população mais carente. Desse modo, prosseguimos com o propósito de aperfeiçoar mecanismos e instrumentos de práticas cidadãs, como o controle eficiente dos programas e indicadores de Governo, que permitirão a tomada de decisão cada vez mais consistente no âmbito da Administração Pública Estadual, além de proporcionar a oportunidade de aumentar o controle social exercido pela sociedade cearense.

Finalizo ressaltando a inestimável contribuição de todos os que, direta e indiretamente, contribuíram para o diálogo social, interlocução federativa, formação das parcerias, e para os trabalhos de apreciação legislativa, traduzidos no conteúdo do Plano Plurianual 2012-2015, acreditando que proporcionará a consolidação de outro desafio que já tem se mostrado real: o Ceará como referência positiva no cenário regional, nacional e internacional.

CID FERREIRA GOMES
Governador

O presente documento tem por objetivo apresentar à sociedade cearense os resultados do processo de participação ocorrido na fase de elaboração do PPA 2012-2015, fruto das discussões que se deram segundo a dimensão territorial do planejamento governamental estadual, procurando contribuir para responder às indagações e demandas oriundas das comunidades regionais e locais.

O trabalho está estruturado formalmente em três tópicos complementares e articulados entre si. O primeiro se inicia com a abordagem das diretrizes estratégicas por Eixos da Política de Governo, iniciando com o enfoque nos avanços ocorridos nos últimos quatro anos da gestão estadual nos setores mais representativos para o desenvolvimento do Ceará.

O segundo tópico descreve como o processo de fortalecimento da participação popular e regionalização das políticas públicas foi implementado pelo governo cearense visando a redução dos desequilíbrios interregionais ainda existentes. O tópico aborda, ainda, a metodologia participativa adotada para a elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 sistematizada em duas partes principais: uma associada às escolhas de temas estratégicos para as regiões que fundamentaram os compromissos regionais e outra relacionada às análises de demandas regionais e priorização de ações para orientar a ação pública programática dos próximos anos.

Finalmente é apresentado o Plano Plurianual 2012-2015 consolidado, com enfoque na macrorregião, com o Compromisso Regional, os programas setoriais com as respectivas metas quantificadas para 2012 e 2013-2015 a serem realizados na Macrorregião do Cariri/Centro-Sul, além dos grandes números do PPA.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO.....	06
3. A ESTRATÉGIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA E REGIONALIZADA	12
3.1. AÇÕES PRIORIZADAS NAS OFICINAS REGIONAIS	14
3.2. TEMAS ESTRATÉGICOS	29
4. PLANO PLURIANUAL - PPA 2012-2015	30
4.1. COMPROMISSOS REGIONAIS.....	30
4.2. PROGRAMAS E METAS REGIONALIZADAS	32
4.3. GRANDES NÚMEROS DO PPA	56

2. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

Para a gestão 2012 -2015, o Governo do Estado fundamentou-se nas premissas de aperfeiçoar as políticas que alcançaram bom desempenho, assegurar a continuidade das conquistas da primeira gestão e inovar com criatividade os programas e projetos implementados. Assim, elegeu como desafio a ampliação das oportunidades econômicas e sociais, com avanço das instituições democráticas, em sintonia com o projeto nacional de desenvolvimento econômico com justiça social.

Para realizar o grande salto que o Ceará deve consolidar na atual gestão, foram decisivos os avanços nas políticas sociais. Esses se retratam nos índices que medem a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos do ensino fundamental e médio, bem como na requalificação da rede escolar, com destaque para a implantação das escolas de educação profissional – ensino médio integrado com o curso técnico profissional. Não se pode deixar de destacar a iniciativa governamental de fortalecer o regime de colaboração com os municípios para alcançar a meta de alfabetização das crianças na idade certa (sete anos), de cooperar técnica e financeiramente com a construção dos Centros de Educação Infantil (CEI) e de contribuir com a melhoria do acesso dos alunos à escola, fortalecendo o programa federal Caminho da Escola (transporte escolar). O programa de expansão do ensino profissional no Estado assegura aos jovens cearenses a formação requerida pelos grandes empreendimentos que se instalarão no Ceará. Os esforços para implantar com o Governo Federal e o empresariado os projetos estratégicos, como a Refinaria, a Siderúrgica, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), a ferrovia Transnordestina e a integração com o rio São Francisco assumem maior relevância pela possibilidade de aproveitamento do potencial criativo e de habilidades da população, em especial

da juventude. Em virtude desse cenário, e complementando a oferta de educação profissional, está em implantação o Centro de Treinamento Técnico Corporativo (CTTC) do Pecém, que será referência na capacitação na área da metalurgia, siderurgia, química e petroquímica.

A educação superior recebeu investimentos na requalificação das instalações, na implantação e equipamentos dos campi das universidades estaduais em que se destacam o da UECE em Itapipoca, e a Cidade Universitária em Iguatu, reunindo a FATEC/CENTEC, a UECE e a URCA. A política de valorização do ensino superior evidenciou-se ainda na elevação dos salários dos professores em 100%, entre os anos de 2007 e 2010.

As conquistas na área da Segurança Pública foram marcadas pelos expressivos investimentos para implantação do Programa Ronda do Quarteirão, na Região Metropolitana de Fortaleza e cidades acima de 50 mil habitantes, na construção de 50 delegacias no Interior, na instalação da Academia Estadual de Segurança Pública e da Divisão de Homicídios e na criação da Perícia Forense, além da ampliação do efetivo policial.

No tocante à área de Saúde, o objetivo que norteou as ações do governo foi o fortalecimento do sistema de saúde no Estado com serviços descentralizados de alta resolubilidade e tratamento humanizado nos níveis da atenção secundária e terciária. As principais iniciativas de ampliação da rede de saúde contemplaram o atendimento médico-hospitalar, de consultas e exames especializados e os serviços de urgência, com a construção do Hospital Regional do Cariri e o início do Hospital Geral da Zona Norte, em Sobral, com a instalação de 21 Policlínicas e 16 Centros de Especialidades Odontológicas nas microrregiões de saúde

do Estado. Integrando-se à política estadual, tem destaque a parceria com o Governo Federal nos projetos de implantação de 32 Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, e do serviço do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

Para assegurar a infraestrutura requerida para o crescimento da economia e a melhoria das condições de vida no Estado, projetos estratégicos de Governo devem ser consolidados. Dentre esses, figuram a ampliação do Porto do Pecém, a construção dos trechos 4 e 5 do Eixão das Águas, o Metrô do Cariri e de Sobral, o Metrô de Fortaleza, a melhoria do sistema viário, o Cinturão Digital, capaz de prover a internet banda larga em 82% dos municípios do Ceará. Esses investimentos, em articulação e integrados aos grandes projetos estruturantes de impacto econômico - Refinaria e Siderúrgica, parque de Usinas Eólicas, Centro de Feiras e Eventos, Zona de Processamento de Exportação (ZPE), fortalecimento do Agronegócio e apoio à Agricultura Familiar - gerarão novas oportunidades de emprego e renda com reflexos na redução das desigualdades econômico-sociais e regionais.

• EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

Para o período 2012-2015, o Governo continuará a orientar-se por três grandes eixos de política que estruturam a gestão voltada para resultados: Sociedade Justa e Solidária, Economia para uma Vida Melhor, Governo Participativo, Ético e Competente.

O eixo “**Sociedade Justa e Solidária**” tem na educação o grande vetor de promoção do desenvolvimento pessoal, social, econômico e gerador de oportunidades para a constituição de uma sociedade sustentável. No período 2012-2015, as principais diretrizes que norteiam as ações na área estão voltadas para a educação básica com qualidade e ênfase no sucesso do aluno, promovida em regime de colaboração com os entes federativos; ao ensino médio, comprometido com as

premissas de desenvolvimento pessoal, a preparação para o mundo do trabalho; e à valorização dos profissionais da Educação. No campo do ensino superior e da pesquisa, a desconcentração e interiorização constituem estratégias que se efetivarão com educação técnica e superior à distância, expansão da rede de educação profissional, atração e fixação de pesquisadores no interior estadual, com a concessão de bolsas, e a expansão e garantia do acesso ao serviço de Internet banda larga por meio do Cinturão Digital do Ceará.

A política de saúde está orientada para consolidar as conquistas já alcançadas de garantia da promoção e prevenção da saúde na atenção primária e assegurar resolubilidade nos níveis da atenção secundária e terciária, avançando na descentralização dos serviços no interior estadual. Nesse sentido, ressaltem-se as iniciativas de maior expressão da política no período do PPA, além do funcionamento do Hospital Regional do Cariri – a criação da quarta macrorregião de saúde, com a construção do Hospital Geral do Sertão Central, a conclusão do Hospital Geral da Zona Norte e a implantação de um Hospital de Urgência e Emergência em Fortaleza.

A determinação política de enfrentar a criminalidade e a violência melhorando o sentimento de segurança e tranquilidade dos cearenses continuará a exigir do Governo investimentos em serviços de inteligência e articulação com as redes de segurança estaduais e nacional. Ademais, terá destaque a ampliação da estratégia de polícia comunitária com o aperfeiçoamento e fortalecimento do Programa Ronda do Quarteirão, a modernização científica e tecnológica, a melhoria dos serviços de prevenção do risco, acidentes e desastres e a valorização dos profissionais da área de segurança e sistema prisional.

O combate ao tráfico e prevenção ao uso de drogas, como também da violência social de gênero, sexual, de raça e etnia exigirão tratamento intersetorial das políticas

governamentais, numa ação articulada com os conselhos comunitários de segurança pública e defesa social.

Garantir à sociedade segurança e justiça requer também a melhoria da gestão do sistema penitenciário, bem como a ressocialização e a capacitação profissional de presos e egressos do sistema penal. A garantia ao cidadão dos direitos de defesa e acesso à justiça integral e gratuita terá como principal meta contemplar 100% das comarcas do interior estadual com serviços da Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE).

A área de Desenvolvimento Social terá o grande desafio de implementar a política estadual de apoio à universalização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O Governo adotará ainda, como diretrizes para o desenvolvimento de suas ações: implantação do sistema de segurança alimentar e nutricional, enfrentamento à discriminação de gênero e à diversidade sexual, combate à discriminação e à desigualdade racial.

Outro importante enfoque é o da inclusão produtiva e social da população carente, conjugando ações de assistência com geração de oportunidades para a inserção no mercado de trabalho de micro e pequenos empreendedores, apoio a empreendimentos individuais, associativos, artesanais e redes de economia solidária. Aliada a essa linha da política, a educação profissional inicial e continuada, técnica, tecnológica, focada na expansão do mercado de trabalho, nos médios e grandes empreendimentos, a geração de ocupação, emprego e renda nas cadeias produtivas de maior potencial no Estado, como turismo, serviços, agronegócio, artesanato e nos projetos estruturantes resumem as diretrizes governamentais para a área do trabalho.

A política no âmbito da Cultura visa avançar na ampliação do acesso aos bens culturais, no fortalecimento do processo da gestão democrática, tendo como um

dos instrumentos a institucionalização dos fóruns regionais. As principais ações estarão voltadas ao incentivo aos talentos artísticos e culturais, à valorização e preservação da memória cultural do Estado e ao estímulo à leitura como movimentos de transformação da sociedade cearense.

A promoção do Esporte e Lazer se dará na perspectiva de atividades de integração social e de cidadania, de inclusão e como promotores da qualidade de vida e, portanto, da formação integral das pessoas. Nesse sentido, a formação do sistema estadual de esporte e lazer, com realização de conferências, implantação de fórum permanente de discussão das políticas, constitui a diretriz principal.

A consolidação de investimentos públicos na infraestrutura esportiva contemplará atletas, jovens, idosos e pessoas com deficiência com a instalação de equipamentos socioesportivos, implantação de ciclovias, pistas de skate, preparação de talentos cearenses para as Olimpíadas e Paraolimpíadas Rio 2016.

No período do PPA 2012 -2015, destaque especial encontra-se nas diretrizes traçadas pelo Governo para a realização da Copa do Mundo de 2014 - a criação da Secretaria Especial da Copa, com a função de coordenar as ações interinstitucionais e intersetoriais para a realização das obras e serviços essenciais para a realização do evento. Nesse sentido, ressaltam-se a reforma, modernização e adequação do Estádio Castelão, a coordenação, o monitoramento e a avaliação da execução da Matriz de Responsabilidades celebrada entre as esferas federal, estadual e municipal, além da articulação intersetorial permanente com o Comitê Gestor da Copa 2014 – GECOPA, gerenciado pelo Ministério do Esporte e Casa Civil do Governo Federal, no que se refere às áreas de interesse das diversas câmaras temáticas.

Para a realização das políticas integrantes do eixo Sociedade Justa e Solidária, serão decisivos a integração com as políticas

nacionais, o aporte dos recursos de transferência do Governo Federal e a cooperação com os municípios cearenses. **“Economia para uma Vida Melhor”** é o eixo de desenvolvimento que se volta ao crescimento econômico, ancorado no avanço do setor industrial, na promoção do turismo sustentável, na modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar. O avanço proposto para a economia exige inovações, ao mesmo tempo em que requererá investimentos em infraestrutura hídrica, de transporte e comunicação, e para o fortalecimento do setor energético no Estado. Tais estratégias, somadas à promoção do desenvolvimento urbano a partir de uma visão regional, são determinantes para o ordenamento territorial com redução dos desequilíbrios de renda e riqueza entre as regiões estaduais.

A política voltada à economia aponta para um desenvolvimento sustentável com manutenção de aumento do PIB acima da média nacional, proporcionando mais oportunidades e melhoria contínua de qualidade de vida da população. Essa estratégia se apóia no setor de Comércio e Serviços como indutores do crescimento baseado na promoção da capacidade competitiva das empresas e melhoria do ambiente de negócios no Estado. Para o setor industrial, as propostas objetivam a complementação da infraestrutura, a atração de investimentos privados, inclusive para o interior do Estado, bem como a capacitação de recursos humanos e o apoio ao segmento de micro e pequenas empresas no Estado. O Governo trabalhará no sentido de uma indústria e mineração cada vez mais competitivas e inovadoras, articuladas nacional e internacionalmente e em sintonia com as demandas de mercado. As diretrizes na área do desenvolvimento econômico são emblemáticas desta gestão: consolidação de empreendimentos estruturantes como ZPE, Refinaria, Projeto Itataia e Polo Industrial da Saúde (PITS), fomentando as

cadeias produtivas e estimulando o fluxo de novas inversões. Como política de fomento, os incentivos fiscais do Estado visam a intensificar a interiorização do desenvolvimento econômico. O incentivo ao agronegócio, com o estímulo aos novos investimentos, gerará desenvolvimento no meio rural com a ampliação da criação de trabalho e renda para o homem do campo. Outra estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável da economia foi a criação da Secretaria da Pesca e Aquicultura com as diretrizes de promover, incentivar e melhorar a coordenação das ações de revitalização da pesca artesanal marítima, promover o fomento e assistência técnica para o desenvolvimento da pesca e piscicultura em águas continentais, implantar projetos de maricultura para geração de renda em pequenas comunidades pesqueiras litorâneas, realizar o ordenamento da carcinocultura econômica, social e ambientalmente sustentável e a formação continuada dos profissionais, técnicos e pesquisadores vinculados à cadeia produtiva do setor.

Promover a coesão dos territórios rurais com o fortalecimento da Agricultura Familiar, priorizando ações conjuntas de redução da vulnerabilidade às secas e de extensão rural que resultem na adoção de inovações tecnológicas, segurança alimentar e formação de capital social constituem estratégias articuladas da política de desenvolvimento agrário para o avanço sustentável do meio rural, com inclusão social da população dele dependente.

A política para o Turismo no Estado se traduz na estratégia de tornar o Ceará um dos principais destinos turísticos de lazer e eventos do Brasil, reconhecido como um vetor de desenvolvimento econômico sustentável e de promoção social. Esse objetivo exige investimentos na infraestrutura – saneamento e destinação final de resíduos sólidos nos polos turísticos, transporte aéreo regional, nacional e internacional, adequação da estrutura de rodovias, equipamentos

turísticos; promoção e marketing com a parceria dos agentes da cadeia produtiva do setor; melhoria da gestão por meio da interação dos órgãos governamentais, iniciativa privada e sociedade civil e eficiência operacional dos equipamentos turísticos. A construção do Centro de Feiras e Eventos e do Acquário do Ceará representarão marcos na política estadual do Turismo e deverão conferir destaque ao Ceará no País, como, ainda, ampliará sua competitividade no cenário internacional.

Como tema transversal da política pública, o meio ambiente se insere no objetivo estratégico de promover o desenvolvimento sustentável, regional e integrado, estimulando as aptidões locais com equilíbrio e qualidade de vida. Para isso se impõem como diretrizes fundamentais o fortalecimento do Sistema Estadual do Meio Ambiente; a criação de uma política estadual de mitigação e adaptação às mudanças climáticas com o cumprimento da meta brasileira de redução de emissões de carbono e gases causadores do aquecimento global, fortalecimento da política estadual de florestas e da biodiversidade e, em especial, planejamento estratégico para o desenvolvimento econômico com justiça socioambiental considerando a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE e o Zoneamento Ecológico Econômico como instrumentos de planejamento e gestão das políticas ambientais.

Para prover a infraestrutura de suporte ao desenvolvimento com sustentabilidade, o Governo Estadual estabeleceu como estratégias prioritárias a elaboração e a implantação do Plano Estadual de Logística e Transporte, a universalização da oferta de energia elétrica nas áreas urbanas e rurais, e o estímulo à oferta de energia de fontes renováveis, como a energia eólica e a utilização de tecnologias modernas de suprimento de energia em instalações hospitalares, empreendimentos turísticos e esportivos. Compõe a diretriz na área de comunicação, a integração do sistema

de comunicação para acesso aos polos de desenvolvimento do Estado. No atual ciclo econômico do Ceará é vital o fortalecimento da infraestrutura logística, compreendendo a ampliação do Porto do Pecém, a diversificação da política de portos (plano de aproveitamento dos portos de Fortaleza, Camocim, Acaraú, Aracati e Icapuí), a política de implantação de rodovias, a recuperação e adequação da malha rodoviária, do sistema metroviário e da rede de aeroportos regionais.

Destaquem-se entre as ações mais importantes a implantação do arco rodoviário metropolitano – ligação da BR-116 (Chorozinho) ao Porto do Pecém, as articulações com o Governo Federal para ampliação dos aeroportos de Fortaleza e Juazeiro do Norte, o estudo para implantação do Veículo Leve sobre Trilhos entre Juazeiro do Norte e Barbalha e entre Parangaba e Mucuripe, em Fortaleza, e as ações estaduais para viabilização da ferrovia Transnordestina. Nesse sentido, o Governo do Estado adotou a iniciativa de encaminhar projetos de financiamento a organismos nacionais e internacionais, bem como alocou recursos no PPA para complementação dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal no Estado.

Por sua vez, a política de desenvolvimento urbano e integração regional se volta para o apoio institucional aos municípios, para o planejamento e controle urbano e ambiental. A estratégia de ampliação da oferta de saneamento básico atenderá à diretriz de universalização dos serviços de água em pequenos centros urbanos e zonas rurais e de esgotamento sanitário, com uso de soluções alternativas. A política habitacional direcionada principalmente para o alcance da melhoria das condições de habitabilidade para as populações de baixa renda integrar-se-á às estratégias de redução da exclusão social.

A diretriz de sustentabilidade do território na área temática em foco tem como ação

prioritária o fortalecimento de cidades-polo como instrumento de dinamização da socioeconomia estadual. Integra ainda a estratégia de desenvolvimento regional e local no Estado e o fortalecimento de arranjos produtivos locais, os quais oferecem potencial competitivo, ao mesmo tempo em que são capazes de articular médias e pequenas empresas com impacto significativo na geração de trabalho nas regiões estaduais.

A política de gestão dos recursos hídricos observará o objetivo de garantir água com qualidade e quantidade adequadas às diversas demandas da população, tendo por princípios a visão integrada sobre os usos, a participação da sociedade na gestão dos sistemas hídricos, a equidade social e a preservação ambiental. Estão definidas como diretrizes para o alcance desse objetivo: gestão descentralizada, integrada e participativa dos recursos hídricos, água para todos, aproveitamento socioeconômico dos recursos hídricos disponíveis, integração da infraestrutura hídrica local com o Projeto do rio São Francisco, uso racional e preservação da água, sistemas de informações cartográficas em escala adequada. Assim, a conclusão do Eixão das Águas (barragem do Castanhão/Sistema de Fortaleza/Pecém) e a transposição do rio São Francisco são estratégicos como base para o desenvolvimento estadual.

Em consonância com o eixo **Governo Participativo, Ético e Competente**, propõe-se para o período 2012-2015, políticas públicas inovadoras, que pressupõem a intersetorialidade para a garantia de direitos e a redução das desigualdades sociais. Desta forma, cabe salientar neste eixo da política, a reestruturação organizacional promovida no Gabinete do Governador para abrigar a nova competência de coordenar as políticas transversais voltadas à juventude, às mulheres, aos idosos, às pessoas com deficiência, à promoção da igualdade racial, à proteção e promoção dos direitos humanos

e à prevenção integral ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Esse novo foco da gestão governamental trouxe para o presente PPA os programas multissetoriais de Juventude, Equidade de Gênero, Igualdade Étnico-racial, Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, Enfrentamento às Drogas, Atenção à Pessoa Idosa, Atenção à Pessoa com Deficiência, executados por diversas secretarias setoriais e tendo como órgão gestor o Gabinete do Governador.

Na perspectiva do aperfeiçoamento do processo democrático, a presente gestão estabeleceu, entre as suas diretrizes, o aperfeiçoamento da relação entre o Governo e a Sociedade, com o aprimoramento dos atuais canais de gestão participativa na formulação e controle das políticas públicas. A iniciativa de realização do “Governo na Minha Cidade” já se constitui marca da gestão, assim como o processo de elaboração e monitoramento participativo do PPA nas regiões estaduais. Importa ressaltar, por sua vez, a ausculta, realizada na elaboração do Plano, às instâncias de participação e conselhos estaduais gestores de políticas públicas como Criança e Adolescente, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência, Assistência Social, Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Cidades, Segurança Pública entre outros, e a articulação de suas propostas com as prioridades colhidas nas oficinas regionais e com as linhas estratégicas das políticas setoriais.

Ainda com o objetivo de manter a transparência, a ausculta à população será facilitada com o canal de acesso ao Governo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e dos ouvidores das demais secretarias. O Governo compromete-se ainda com uma comunicação social com qualidade, voltada para esclarecer o cidadão. A política de gestão potencializará a utilização da Internet como instrumento de divulgação das ações e prestação das contas do Governo e como espaço de interação entre as secretarias e seu público-alvo.

3. A ESTRATÉGIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA E REGIONALIZADA

A elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 fundamentou-se na premissa de aprofundar a participação e o diálogo com a sociedade, levando à adoção do recorte territorial que privilegiasse a identidade regional, tendo em vista facilitar o consenso sobre questões de interesse comum. Esse propósito resultou no planejamento das oficinas regionais focado nas microrregiões estaduais, garantindo a participação de maior número de representantes, a melhor precisão e qualidade das informações.

Considerando o objetivo último de induzir a interiorização do desenvolvimento e de contribuir para redução das desigualdades espaciais e sociais, o processo de participação foi definido em duas dimensões: Participativa e Regionalizada e Institucional, com a ausculta das regiões e dos conselhos de políticas públicas e, numa segunda fase, com a análise para incorporação das prioridades regionais ao conteúdo programático das áreas setoriais.

No âmbito da dimensão Participativa e Regionalizada, foram realizadas dezessete “Oficinas Regionais” com o objetivo de dialogar com representações da sociedade, do poder local e do setor privado dos 184 municípios cearenses organizados em espaços microrregionais. As Oficinas foram realizadas, numa coordenação conjunta da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG e da Vice-Governadoria, com apoio das equipes técnicas das diversas secretarias setoriais. Esses órgãos assumiram o papel de apresentar as diretrizes e esclarecer sobre os aspectos voltados para a sua atuação/responsabilidade, contribuindo com o processo de análise e definição das propostas regionais e subsidiando a tomada de decisão sobre políticas e programas a serem contemplados no PPA 2012-2015. O diálogo com os conselhos de políticas públicas permitiram, também, indicar propostas prioritárias para atuação por parte do Governo, no período do PPA, em áreas temáticas estratégicas, reforçando a articulação com os segmentos representados.

Como instrumento metodológico para subsidiar as discussões nas Oficinas Regionais, foi elaborado o documento “caderno regional”, contendo a consolidação de quatro relatórios propositivos de eventos já realizados e que tinham como objetivo precípuo a oferta de contribuições à nova gestão do governo Cid Gomes. O primeiro foi **“Diretrizes para o Plano de Governo – DPG”**, resultado das reuniões ocorridas durante o processo eleitoral, com a participação de aproximadamente dez mil pessoas pertencentes às diversas regiões do Estado do Ceará.

Os dez encontros regionais promovidos pela Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, subsidiaram a redação da **“Carta dos Municípios Cearenses – CMC”**, cujo objetivo é nortear a atuação dos 184 municípios do Estado na busca pelo desenvolvimento, a partir do levantamento de demandas, expectativas e sugestões de políticas públicas.

Sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, foi elaborado, de forma regionalizada e participativa, o **“Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável – PTDRS”** com a finalidade de promover a gestão social e sustentável dos diversos territórios estaduais, tendo como premissa básica a cooperação entre os territórios, microterritórios e seus municípios, o respeito às especificidades locais e às opiniões dos segmentos envolvidos.

Por fim, a realização do **IV Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado**, resultado de uma parceria entre a SEPLAG e a Vice-Governadoria, significou a culminância do processo desenvolvido, nos últimos quatro anos, direcionado ao fortalecimento do controle social e da transparência na gestão pública.

Neste encontro, 380 participantes avaliaram os avanços ocorridos neste período e

propuseram prioridades estratégicas para serem incluídas no PPA 2012/2015.

O trabalho desenvolvido nas Oficinas Regionais, realizadas em 2011, propiciou aos participantes a oportunidade de indicar dez propostas voltadas às necessidades de sua região, para serem consideradas na estruturação dos programas do PPA e regionalização de suas metas (ranking das 10+). Possibilitou, também, um momento de superação da visão setorial, dando lugar a uma reflexão mais ampla sobre a dimensão do aspecto regional, com a escolha dos “Temas Estratégicos” de relevância para o desenvolvimento do território, pensados a partir de seus ativos, suas potencialidades e vocações, ou ainda com base em alguma demanda histórica.

Tais proposituras, em consonância com indicadores da realidade regional, serviram de subsídios para a construção de “Compromissos Regionais”, constituindo-se estes em declarações de governo para realização de estratégias e

acompanhamento de um desenvolvimento integrado das regiões do Estado. Como resultante da dimensão participativa e regionalizada, o Governo incorporou os temas como orientadores da ação pública programática no documento PPA 2012-2015, traduzidos no capítulo de Compromissos Regionais e no descritivo das Metas e Iniciativas governamentais.

A próxima etapa do processo, compreendida como monitoramento das ações e projetos de forma participativa e regionalizada, visa a fortalecer o controle social e a assegurar a transparência e o acesso à informação, e dar-se-á mediante a realização anual de eventos participativos em nível das macrorregiões e dos territórios de identidade, visando sobretudo à prestação de contas e o monitoramento e revisão participativa do PPA.

O esquema abaixo apresenta o fluxo do processo de gestão participativa e regionalizada do PPA 2012-2015:



Ressaltamos que a Gestão Participativa e Regionalizada do PPA possui um potencial de transformação, pois impulsiona a mobilidade social no sentido de melhorar as condições de vida do lugar e possibilita

o exercício do poder coletivo ajudando a transformar a realidade imposta para a realidade que desejamos de maneira consciente, construindo, dessa forma, um “Ceará Melhor para Todos”.

O quadro abaixo sintetiza a participação da população nas 17 Oficinas Regionais distribuídas nas sedes de suas respectivas macrorregiões:

PARTICIPANTES DAS OFICINAS REGIONAIS DO PPA PARTICIPATIVO, SEGUNDO AS MACRORREGIÕES

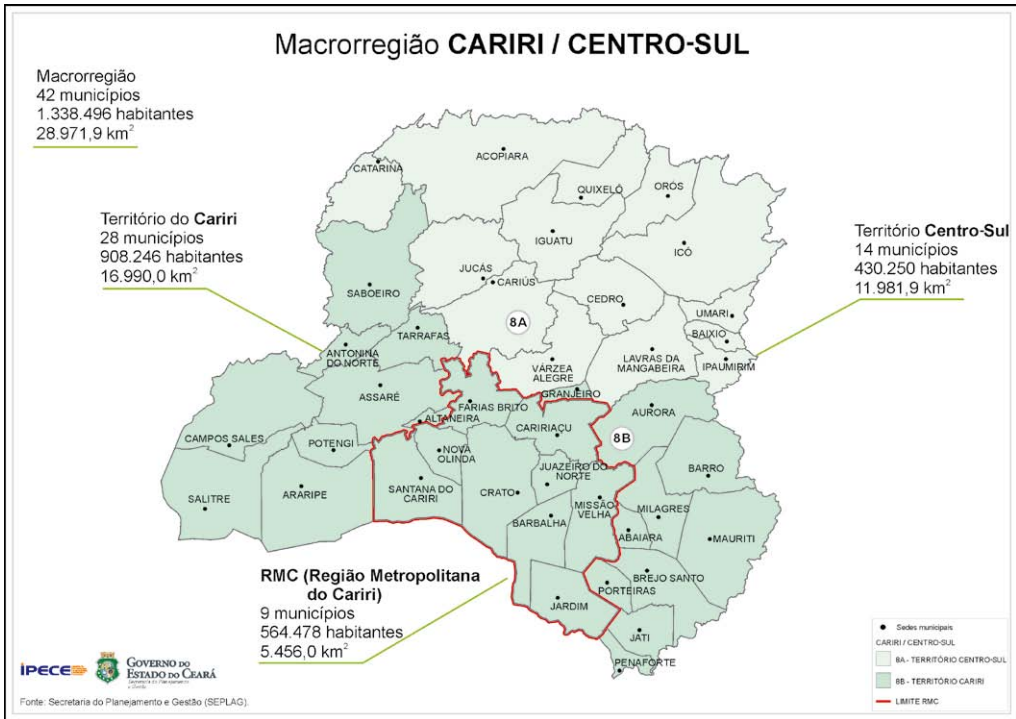
MACRORREGIÃO	SEDE DA OFICINA	DATA DA OFICINA	PARTICIPANTES
RMF	Fortaleza	22/07/2011	240
LITORAL OESTE	Camocim	20/07/2011	246
	Itapipoca	21/07/2011	260
SOBRAL/IBIAPABA	Tianguá	29/06/2011	184
	Sobral	30/06/2011	207
SERTÃO DOS INHAMUNS	Crateús	16/06/2011	264
	Tauá	17/06/2011	373
SERTÃO CENTRAL	Mombaça	21/06/2011	258
	Quixeramobim	22/06/2011	246
	Canindé	14/07/2011	151
BATURITÉ	Baturité	13/07/2011	243
LITORAL LESTE/JAGUARIBE	Jaguaribe	02/06/2011	244
	Aracati	26/07/2011	496
CARIRI/CENTRO-SUL	Icó	01/06/2011	372
	Brejo Santo	09/06/2011	262
	Juazeiro do Norte	08/06/2011	384
	Iguatu	04/07/2011	250
TOTAL DE PARTICIPANTES			4.680

Fonte: SEPLAG/CPLOG

3.1 - AÇÕES PRIORIZADAS NAS OFICINAS REGIONAIS

A priorização de ações setoriais foi subsidiada pelas discussões e análise da realidade dos territórios à luz dos indicadores regionais e das demandas (propostas de ações) consolidadas no caderno regional distribuído aos participantes por ocasião

de cada Oficina. Dentro dessa perspectiva, os participantes elegeram, em grupos de trabalho temáticos, as 10 ações prioritárias, por meio de votação (ranking das 10+), cujos resultados encontram-se a seguir:



TERRITÓRIO DO CARIRI

Juazeiro do Norte, Altaneira, Antonina do Norte, Abaiara, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririçu, Campos Sales, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jati, Jardim, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Saboeiro, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas

EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

TEMA: EDUCAÇÃO BÁSICA

RANKING	AÇÃO
1ª	Fortalecer o regime de colaboração com os municípios (PAIC) para garantir o sucesso da alfabetização das crianças e a elevação do nível de aprendizagem dos alunos das séries iniciais, como estratégia para a progressiva qualificação da Escola Pública do Ceará.
2ª	Desenvolver ações que acelerem o processo de universalização do acesso à pré-escola (crianças de quatro e cinco anos), com o compromisso de construção de 240 Centros de Educação Infantil – CEIs, através de parceria do Estado com a União e os municípios. Ampliar o regime de colaboração, aumentando a cobertura e o apoio aos municípios para garantir o atendimento às crianças de 0 a 3 anos.
3ª	Disponibilizar bolsas de monitoria para alunos que tenham bom desempenho escolar e criar mecanismos de concessão de bolsas aos alunos de menor renda familiar <i>per capita</i> .
4ª	Promover a melhoria e a ampliação do serviço de transporte escolar, para garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes.
5ª	Promover a autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas (viabilizar o modelo de gestão democrático) e (re)estruturar a carreira do magistério e a carreira dos servidores técnico-administrativos, com a realização de concurso público.
6ª	Fortalecer, ampliar e qualificar as ações voltadas para educação especial e inclusão educacional, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e temas transversais.
7ª	Fortalecer a capacidade do Estado de formar professores para o adequado atendimento aos alunos com necessidades especiais e garantir os recursos tecnológicos e didáticos adequados ao desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais.
8ª	Ampliar o sistema Escola Integral para garantir o sucesso de aprendizagem do aluno.
9ª	Assegurar a evolução do desempenho escolar dos estudantes para que aprendam o esperado ao final de cada série e etapa da educação básica, tendo como medidas de referência avaliações externas como a Prova Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica – SPAECE.
10ª	Adquirir material e contratar profissionais qualificados para o atendimento Educacional Especializado.

TEMA: EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RANKING	AÇÃO
1ª	Fortalecer a extensão universitária e a tecnológica, como instrumento de disseminação da ciência, da tecnologia e da integração da universidade com a sociedade, ampliando recursos para bolsas de extensão e realização de editais de extensão.
2ª	Ampliar as ações da FUNCAP voltadas para a formação de recursos qualificados (programas de bolsas acadêmicas de iniciação científica, mestrado, doutorado e fixação de pesquisadores), e para o provimento de infraestrutura para a pesquisa, envolvendo a integração de pesquisadores juniores no ensino médio e superior, fortalecendo a inovação tecnológica no setor Agropecuário para a inserção competitiva da agricultura familiar através da pesquisa e da assistência tecnológica.
3ª	Ampliar os programas para a formação de jovens para o mercado de TI e estimular a criação de incubadoras de empresas de base tecnológica e social articulados com empreendedorismo e associativismo locais e das comunidades: criação de um parque tecnológico/industrial.
4ª	Instituir Campus Avançado da Urca em cidades-Polo (Missão Velha, Campos Sales, Barbalha, Nova Olinda).
5ª	Implantar o Plano de Cargos e Carreiras da URCA, UECE, UVA e CENTEC/FATEC para servidores técnico-administrativos.

6ª	Concurso público para professores e funcionários.
7ª	Buscar universalizar os programas de inclusão digital, garantindo o acesso à Internet a toda a população, com o objetivo de reduzir os custos de conexão banda larga nos municípios, aumentando a qualidade e a velocidade da rede. Criar ilhas digitais proporcionais à população (para cada 100 habitantes).
8ª	Consolidar e expandir a rede de ensino profissional no interior do estado através de Centros de Formações Tecnológicas e Profissionais (transformar CVT em CVTEC).
9ª	Integrar as Universidades aos programas de governo, comprometendo-as com os objetivos de inclusão social e Desenvolvimento Sustentável da Região do Cariri.
10ª	Criar, em parceria com o governo Federal, programa para apoiar e ampliar a formação profissional, de forma a responder adequadamente às demandas impostas pelo crescimento do Estado.

TEMA: SAÚDE

RANKING	AÇÃO
1ª	Implantar de leitos de médio risco em neonatologia nos hospitais-polo.
2ª	Criação de incentivo estadual anual para custeio da atenção primária via FECOP para que o novo Fundo Estadual de Atenção Secundária à Saúde beneficie outros equipamentos de saúde dos municípios, como Hospitais de Pequeno Porte - HPP, Hospitais-Polo, Filantrópicos etc.
3ª	Defender a aprovação da regulamentação da Emenda 29, apoiando financeiramente os municípios, na melhoria da infraestrutura das equipes do PSF.
4ª	Implantar o Programa "Jovem Educador em Saúde".
5ª	Universalizar o SAMU em todo o Estado do Ceará, com a implantação dos quatro Polos, qualificando as equipes do SAMU e das UPAS em urgências psiquiátricas, desintoxicação e abstinências, fortalecendo a melhoria do transporte para tratamento fora do domicílio.
6ª	Implantação de leitos de UTI nas microrregiões de saúde.
7ª	Construir Casas de Acolhimento e Cuidado aos dependentes químicos de crack e de outras drogas, com trinta leitos cada. Seis Casas na capital e Casas no interior, (uma por regional de saúde) e apoiando e ampliando a rede CAPS AD, com funcionamento 24h.
8ª	Implantar Centros de Captação e Transplante de Órgãos no Cariri e na Região Norte.
9ª	Descentralizar e estruturar as Ouvidorias de Saúde.
10ª	Implantar a Central Estadual de Laudos à Distância (Tecnologia PACS).

TEMA: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

RANKING	AÇÃO
1ª	Aperfeiçoar o Programa de Atendimento aos Adolescentes em conflito com a lei, com ampliação das ações de ressocialização.
2ª	Desenvolver ações para prevenção e enfrentamento ao consumo do crack e de outras drogas, articulados com organizações da sociedade civil e dos municípios.
3ª	Implantar programa de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e para os egressos.
4ª	Estudar a criação de repúblicas para acolher jovens com vínculos familiares e comunitários rompidos, oriundos do Serviço de Acolhimento, de internação hospitalar e de comunidades terapêuticas.
5ª	Implantar o Programa de Unidade Dia para Atendimento à pessoa idosa.
6ª	Ampliar as ações e estudar a criação de novos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) regionalizados.
7ª	Promover a inclusão social e produtiva dos jovens, proporcionando capacitação adicional potencializando a integração nas comunidade.

8ª	Estudar a implantação de Casas de Passagens para mulheres vítimas de violência e Abrigos para Idosos.
9ª	Expandir a regionalização das Unidades de Proteção Especial de Alta Complexidade, nas macrorregiões do Estado
10ª	Desenvolver um projeto de inclusão social pelo trabalho para os egressos do sistema penal, dependentes químicos, deficientes físicos e egressos do CAPS

TEMA: CULTURA

RANKING	AÇÃO
1ª	Implantar uma rede de equipamentos culturais públicos regionais.
2ª	Capacitação em elaboração de projetos para Captação de Recursos na Área da Cultura e Esporte, buscando a universalização dos programas de formação e capacitação profissional em cultura, artes e ofícios em rede.
3ª	Consolidar a implantação dos sistemas nacional, estadual e municipal de cultura.
4ª	Criar projeto de lei para vincular 15% do orçamento do estado para as ações da Cultura e sensibilizar os municípios para definir, também, percentual orçamentário para o setor.
5ª	Assegurar que 80% dos recursos do Estado destinados aos municípios para realização dos eventos sejam direcionados à participação de artistas locais e regionais e, equipamentos de luz, som, cenários dentre outros.
6ª	Estabelecer políticas para a economia da cultura, centrada no desenvolvimento de indústrias criativas, promovendo feiras e eventos artístico-culturais, envolvendo artistas, artesãos e artesãs do território.
7ª	Consolidar as relações entre cultura e educação, tendo na escola um espaço, de fruição de experimento e de valorização da arte e da cultura.
8ª	Criação e ampliação das bandas de música e aquisição de instrumentos musicais e bibliotecas rurais – Arcas das letras.
9ª	Implantação e manutenção de equipamentos culturais e desportivos, garantindo uma melhor espacialização dos equipamentos no contexto regional.
10ª	Viabilizar o acesso dos pontos de cultura à internet banda larga através do Cinturão Digital.

TEMA: ESPORTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Criar núcleos de esportes olímpicos na Rede Pública de Ensino.
2ª	Estimular a formação de uma indústria criativa do esporte e qualificação de grupos produtivos comunitários, organizando-os como arranjos produtivos locais.
3ª	Planejar a implantação de academias ao ar livre nos espaços urbanos e rurais.
4ª	Garantir os projetos específicos de esporte e lazer para idosos e pessoas com deficiência (Jogos Paraolímpicos, Jogos da Feliz Idade, Academia de Pilates, Academia Popular e outros).
5ª	Articular-se com instituições educacionais para a formação profissional em educação física para o atendimento à terceira idade e a pessoas com deficiência.
6ª	Desenvolver parcerias para a construção do Centro Regional Integrado Desportivo para Pessoas com Deficiência.
7ª	Estruturar os Conselhos Municipais do Esporte e Implantar o Fórum Estadual Permanente para a discussão de políticas públicas sobre o esporte e o lazer.
8ª	Lançar edital público para seleção e contratação dos melhores projetos esportivos sociais.
9ª	Ampliar e descentralizar programas de capacitação e de fortalecimento institucional nas secretarias municipais de esporte e órgãos afins.

10ª	Desenvolver parcerias para fortalecer e viabilizar “Praças da Juventude” (complexos socioesportivos) e identificar espaços urbanos e rurais que favoreçam a prática de esportes de natureza e de aventura, para construção de equipamentos e instalações adequadas.
-----	---

TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFENSORIA

RANKING	AÇÃO
1ª	Dar continuidade à política de ampliação dos quadros dos profissionais do Sistema de Segurança Pública, Sistema Penitenciário e Defensores Públicos.
2ª	Formular uma Política de Cargos e Salários para os policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários, defensores públicos e demais profissionais da segurança pública.
3ª	Incrementar o processo de interiorização da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, da Perícia Forense e da Defensoria Pública.
4ª	Redefinir e apoiar os Conselhos Comunitários de Defesa Social e os Conselhos de Defesa Civil.
5ª	Criar e implantar um programa estratégico de educação à cidadania, voltada à prevenção e ao combate ao uso das drogas lícitas ou ilícitas, notadamente entre crianças e adolescentes, estendendo o atendimento a suas respectivas famílias.
6ª	Construção/reforma de presídios, cadeias, delegacias, casa de abrigo, centro educacional para adolescentes.
7ª	Planejar a criação de Delegacias da Mulher, e correspondentes Casas Abrigo construídas pelo sistema de consórcios municipais, nos municípios com mais de sessenta mil habitantes.
8ª	Expandir o atendimento da perícia forense para todas as macrorregiões do Estado.
9ª	Viabilizar ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.
10ª	Incentivar as práticas de mediação de conflitos (escolar, comunitária e policial).

EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

TEMA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E PESCA

RANKING	AÇÃO
1ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
2ª	Desenvolver estudos para reestruturação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará - Ematerce.
3ª	Estudar a implementação de uma política de dispensa e/ou isenção do licenciamento ambiental para os agricultores familiares que desenvolvam práticas produtivas com sustentabilidade socioambiental.
4ª	Formar profissionais para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, comprometidos com os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER.
5ª	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financiamento, voltados para a organização da produção e da comercialização criando um programa de aproveitamento do potencial turístico rural, ecológico e religioso.
6ª	Ampliar o Programa Hora Sazonal, dupla tarifa de energia.
7ª	Planejar a implantação de centrais de comercialização e de apoio à Agricultura Familiar.
8ª	Estudar a isenção dos produtos do PNAE do ICMS e da taxa de emissão da nota fiscal.
9ª	Assegurar a continuidade do processo de apoio ao desenvolvimento territorial com foco no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, apoiando às cooperativas e associações de produtores rurais.

10ª	Criar um programa de aproveitamento da infraestrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada, desenvolvendo ações para universalizar o acesso à água para o consumo humano no meio rural.
-----	---

TEMA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RANKING	AÇÃO
1ª	Maximizar o aproveitamento dos polos de irrigação, atraindo investimentos para a geração de emprego e renda.
2ª	Criar programas de divulgação, distribuição e comercialização dos produtos cearenses para os mercados interno e externo.
3ª	Proporcionar Infraestrutura e Logística adequadas para o crescimento e a integração do agronegócio.
4ª	Incentivar a agroindustrialização para dinamizar a economia agrícola local e regional.
5ª	Garantir a segurança jurídica e pública dos investimentos no meio rural.
6ª	Construir e aplicar uma política ambiental que assegure a eficácia e a celeridade na emissão de licenças ambientais.
7ª	Apoiar a ampliação de financiamentos existentes, bem como buscar a criação de novas formas de aumento da liquidez a custos competitivos, para garantia constante de novos investimentos.
8ª	Mapear e integrar as matrizes de comércio e serviços, transformando o Estado em centro de excelência, na prestação de serviços especializados.
9ª	Estudar a ampliação da política de redução de alíquotas sem perda de arrecadação.
10ª	Estimular a criação de Centrais de Negócios, proporcionando maior competitividade.

TEMA: DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

RANKING	AÇÃO
1ª	Estimular a implantação da gestão consorciada de políticas de saneamento ambiental (água, esgoto, resíduo sólido), revisando a política de constituição dos consórcios de Aterro Sanitário, como por exemplo, prazos, fonte de recursos para construção dos aterros, localização.
2ª	Planejar e criar sistemas municipais de planejamento e controle ambiental urbano no Cariri.
3ª	Apoiar a melhoria ambiental dos espaços urbanos por meio da qualificação dos logradouros públicos (ruas e praças), recuperação dos recursos ambientais com a criação de parques e arborização urbana, planejando a eliminação das ocupações em áreas de risco.
4ª	Apoiar os municípios na elaboração e implantação dos planos e programas municipais de habitação de interesse social, construindo e reformando habitações rurais adequadas à cultura e necessidades dos moradores urbanos e rurais do Cariri e substituindo as moradias precárias, em especial as construídas em taipa, por sistemas construtivos adequados à saúde, à segurança, ao conforto ambiental e à qualidade de vida.
5ª	Incentivar e apoiar os municípios na elaboração dos planos municipais de saneamento ambiental.
6ª	Desenvolver programas de preservação dos sítios e monumentos históricos, o patrimônio cultural (material e imaterial), e a inclusão do patrimônio ambiental.
7ª	Estudar a criação de um Fundo de Desenvolvimento Urbano e Integração Regional.
8ª	Estimular o desenvolvimento local nas cidades de pequeno porte e distritos
9ª	Implantar soluções alternativas de esgotamento sanitário.
10ª	Universalização da distribuição de água tratada para as populações urbanas e rurais das Regiões do Cariri, Centro-Sul e Vale do Salgado, difundindo e apoiando o uso de tecnologias de reutilização de água.

TEMA: MEIO AMBIENTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Criar um Posto/Centro Avançado de Combate aos Incêndios Florestais, otimizando o Programa Estadual de Prevenção, Monitoramento, Controle de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais - PREVINA.
2ª	Estudar a criação do programa de Agente Ambiental, capacitando jovens para serem agentes de proteção e educação ambiental, disponibilizando bolsas de incentivo e inclusão cidadã e capacitando jovens para serem agentes de proteção e educação ambiental, com apoio e realização de ações de fiscalizações de combate a queimadas.
3ª	Fortalecer o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM.
4ª	Planejar e definir estratégias para o cumprimento da meta brasileira de redução de emissões de carbono e gases, causadores do aquecimento global e combater as queimadas na região do Cariri, elaborando Plano de Monitoramento da Qualidade do AR, expandindo as ações para as áreas metropolitanas e distritos industriais, tornando-o um dos instrumentos básicos de gestão ambiental para a proteção da saúde.
5ª	Reestruturar, regionalizar e descentralizar a SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente, qualificando e especializando o quadro de funcionários e assegurando o cumprimento da Política Ambiental do Ceará.
6ª	Apoiar a revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais voltados para execução da política de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.
7ª	Elaboração e execução de programas e projetos de educação ambiental com a capacitação de professores para inserção de temáticas ambientais nas unidades escolares da rede pública e para toda sociedade civil quanto ao uso de agrotóxicos e assuntos diversos correlatos a proteção, conservação e preservação do meio ambiente, criando, também, o “Prêmio Jovem Ambientalista”, para premiar escolas e estudantes, como forma de incentivar as ações e cuidados com o Meio ambiente.
8ª	Programa de reflorestamento e recuperação de matas ciliares e revitalização das fontes e demais corpos hídricos caririenses, com acompanhamento técnico dos órgãos competentes, em cumprimento à lei, estimulando a criação de novas áreas protegidas e de novas áreas integralmente protegidas.
9ª	Planejar a inserção no PPA da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE, e do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, como instrumentos de Planejamento e Gestão das Políticas Ambientais.
10ª	Elaboração de planos de gestão integrada dos resíduos sólidos, incluindo a instalação de aterros sanitários consorciados, coleta seletiva e reciclagem, orientação e acompanhamento e na implementação.

TEMA: RECURSOS HÍDRICOS

RANKING	AÇÃO
1ª	Implementar ações educativas visando ao uso racional e à preservação dos recursos hídricos.
2ª	Estudar a implantação de pequenos sistemas de abastecimento de água (poços com chafarizes dessalinizadores, cisternas, barragens subterrâneas) no campo priorizando o uso de energias alternativas.
3ª	Apoiar a gestão dos comitês de bacias e das comissões gestoras de sistemas hídricos.
4ª	Expandir a prática da tecnologia de coleta de água da chuva (incentivo à construção de cisternas e mandalas).
5ª	Elaborar plano para definição de soluções alternativas e de modelo de gestão, com base em critérios técnicos e socioeconômicos, estabelecendo o programa “Água para todo o Ceará”.
6ª	Desenvolver estudos hidroambientais das bacias hidrográficas, identificando as fontes de poluição dos recursos hídricos.

7ª	Desenvolver um sistema inteligente e integrado de informações para tomada de decisão na gestão dos recursos hídricos do Estado, assegurando ações educativas visando ao uso racional e à preservação dos recursos hídricos.
8ª	Continuar a operação e a manutenção da infraestrutura hídrica, com ênfase na busca de apoio da União, para a reabilitação da infraestrutura hídrica federal, com vistas à integração do Rio São Francisco, empreendendo esforços para finalizar a construção do Eixão das Águas e iniciar a construção do Cinturão das Águas e o planejamento da execução de obras (barragens vertedouras e subterrâneas) para otimizar a perenização dos rios.
9ª	Construção de adutoras.
10ª	Nova proposta de recuperação e revitalização do Riacho dos Porcos.

TEMA: TURISMO

RANKING	AÇÃO
1ª	Buscar parcerias nos diversos setores da Cadeia Produtiva do Turismo, visando a potencializar e a dar sustentabilidade ao Ceará como destino turístico.
2ª	Induzir a ampliação do fluxo do transporte aéreo regional, nacional e internacional para Fortaleza e outros aeroportos do Estado do Ceará.
3ª	Fortalecer o programa de capacitação para profissionais da cadeia produtiva do turismo.
4ª	Incentivar a criação de polos formadores de profissionais, por meio das escolas profissionalizantes.
5ª	Incentivar o saneamento e a coleta de lixo nos destinos turísticos.
6ª	Promover e incrementar o turismo interno no Estado do Ceará.
7ª	Incentivar o empreendedorismo e a responsabilidade social nas regiões turísticas com a participação da comunidade.
8ª	Política de incentivo ao turismo no Cariri.
9ª	Criar programas de divulgação, distribuição e comercialização dos produtos cearenses para os mercados interno e externo.
10ª	Estudar a instalação de escolas de nível superior em setores como hotelaria e gastronomia.

TEMA: INFRAESTRUTURA

RANKING	AÇÃO
1ª	Estudar a elaboração e planejar a implantação do Plano Estadual de Logística e Transporte, planejando a viabilização para os contornos rodoviários, retirando o tráfego pesado das cidades localizadas nos corredores produtivos e construindo estradas intermunicipais e de integração territorial.
2ª	Ampliar a restauração das estradas.
3ª	Articular-se com a INFRAERO para ampliar o terminal de passageiros e as pistas de pouso do aeroporto Juazeiro do Norte para aviões de grande porte, incluindo cargas e passageiros.
4ª	Ampliar a implantação de novas rodovias, construindo as estradas: Salitre-Araripe; Araripe-Santana do Cariri; Salitre - Miguel Arraes(Pernambuco); Tarrafas-Assaré; Crato-Distrito de Santa Fé e nova proposta de duplicção da rodovia CE-393 entre BR116 e a rodovia CE-293 e a construção do anel viário.
5ª	Ampliação do investimento no setor de saneamento.
6ª	Planejar a correção do traçado das rodovias estaduais, com a finalidade de eliminar os locais potencialmente perigosos (alargamento de cortes e melhorias das curvas.
7ª	Planejar o reforço do sistema elétrico rural, passando de monofásico para trifásico.
8ª	Instituição de programa de melhoramento das estradas vicinais dos municípios para possibilitar o uso de ônibus adequados ao transporte escolar, recuperando/ construindo estradas municipais e garantindo a presença do DER na fiscalização das obras e estradas vicinais.

9ª	Articular-se com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANNEL, para a inserção de uma tarifa diferenciada para o Sistema de Recursos Hídricos e o meio rural, atendendo prioritariamente a agricultura familiar.
10ª	Criar programas de divulgação, distribuição e comercialização dos produtos cearenses para os mercados interno e externo.

TERRITÓRIO CENTRO-SUL

Iguatu, Acopiara, Baixo, Cariús, Cedro, Catarina, Icó, Palmirim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós, Quixelô, Umari e Várzea Alegre

EIXO: SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

TEMA: EDUCAÇÃO BÁSICA

RANKING	AÇÃO
1ª	Promover a melhoria e a ampliação do serviço de transporte escolar, para garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e que os alunos sejam transportados em ônibus.
2ª	Disponibilizar bolsas de monitoria para alunos que tenham bom desempenho escolar e que possam auxiliar no aprendizado dos colegas.
3ª	Valorização dos profissionais docentes: • Viabilizar ajuda de custo para os professores que se deslocarem para ministrar aulas fora da sede onde residem. • Estimular as funções do professor-elaborador de materiais didáticos, do professor-formador de seus pares e do professor-pesquisador. • Reestruturar a carreira do magistério e estruturar a carreira dos servidores técnico-administrativos, com a realização de concurso público para a rede pública e estadual e implantação de planos de cargo e carreiras.
4ª	Desenvolver ações que acelerem o processo de universalização do acesso à pré-escola (crianças de quatro e cinco anos), com o compromisso de construção de 240 Centros de Educação Infantil – CEIs, através de parceria do Estado com a União e os municípios.
5ª	Fortalecer o regime de colaboração com os municípios (PAIC) para garantir o sucesso da alfabetização das crianças e a elevação do nível de aprendizagem dos alunos das séries iniciais, como estratégia para a progressiva qualificação da Escola Pública do Ceará.
6ª	Reforma e ampliação de escolas municipais e estaduais conforme demanda o território, priorizando as municipais.
7ª	Fortalecer a capacidade do Estado de formar professores para o adequado atendimento aos alunos com necessidades especiais.
8ª	Implantar, gradualmente, o ensino médio regular em tempo integral e promover a progressiva ampliação da jornada escolar.
9ª	Ampliar a Jornada Escolar com o apoio a projetos para elevar a qualidade do ensino, incluindo a aquisição de material didático e pedagógico.
10ª	Apoiar a ampliação do atendimento pedagógico das crianças de zero a três anos.

TEMA: EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RANKING	AÇÃO
1ª	Criar a Universidade Centro-Sul, Pública e Gratuita, e melhoria dos cursos já existentes nas unidades da UVA, URCA E UECE implantando novos cursos de graduação e pós-graduação.

2ª	Transformar os Centros Vocacionais Tecnológicos (Cvt's) em Centros Vocacionais Técnicos (CVTEC) com cursos profissionalizantes (2 anos e meio de duração/nível médio) compatível com a vocação regional.
3ª	Planejar a elaboração de editais para pesquisas voltadas à erradicação da miséria.
4ª	Fortalecer a inovação tecnológica no setor agropecuário para a inserção competitiva da Agricultura Familiar no Estado do Ceará.
5ª	Concurso público para professores e funcionários.
6ª	Prospectar a abertura, de forma integrada e interinstitucional, de novos cursos para formação de professores em áreas estratégicas, para atender aos projetos estruturantes do Estado com foco na matriz curricular das escolas profissionalizantes.
7ª	Buscar universalizar os programas de inclusão digital, garantindo o acesso à Internet a toda a população do Centro-Sul e do Cariri, com o objetivo de redução dos custos de conexão e aumentando a qualidade e a velocidade da rede.
8ª	Integrar as universidades aos programas de governo, comprometendo-as com os objetivos de inclusão social e desenvolvimento sustentável dos municípios do Centro-Sul.
9ª	Ampliar e modernizar a infraestrutura dos diversos cursos de graduação existentes na região Centro-Sul.
10ª	Criar, em parceria com o governo Federal, programa para apoiar e ampliar a formação profissional de forma a responder adequadamente às demandas impostas pelo crescimento da região Centro-Sul.

TEMA: SAÚDE

RANKING	AÇÃO
1ª	Construir, reformar e equipar as unidades básicas de saúde, construindo Casas de Acolhimento e Cuidado aos dependentes químicos de "crack" e outras drogas, com trinta leitos cada. Seis Casas na capital e Casas no interior (uma por regional de saúde).
2ª	Implantar leitos de UTI nas microrregionais de saúde.
3ª	Implantar serviço de referência de pediatria, obstetrícia e neonatologia com garantia de recursos financeiros e garantia da atenção materno infantil na média complexidade na 17ª MR.
4ª	Realizar a inclusão digital dos Conselheiros de saúde, Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias, fortalecendo os instrumentos e processos participativos de monitoramento e avaliação do SUS.
5ª	Manter e ampliar os Repasses Financeiros aos municípios, bem como revisar a Política de Financiamento dos Hospitais-Polo, com base em indicadores de resultados e na melhoria da infraestrutura das equipes do PSF.
6ª	Ampliar e interiorizar a Escola de Saúde Pública, mediante parcerias, estimulando a formação de médicos especialistas em urgência e emergência, desenvolvendo programas voltados à redução da incidência de mortes por causas evitáveis: "Mais Vidas".
7ª	Ampliar e dinamizar os Hospitais Regionais de Saúde.
8ª	Implantar o Cartão Ceará Saúde.
9ª	Universalizar o SAMU em todo o Estado do Ceará, com a implantação dos quatro Polos.
10ª	Implantar Centros de Captação e Transplante de Órgãos no Cariri e Região Norte.

TEMA: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

RANKING	AÇÃO
1ª	Desenvolver ações para prevenção e enfrentamento ao consumo do crack e de outras drogas, articulados com as organizações da sociedade civil e dos municípios.
2ª	Desenvolver estudos para implantação de uma Política Estadual de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme Norma Operacional Básica-NOB-RH.

3ª	Capacitar, de forma continuada, os atores sociais do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.
4ª	Garantir a reforma de espaços públicos conforme determinantes legais do Desenho Universal para a acessibilidade, lazer e esportes para o idoso e pessoas com deficiência.
5ª	Formar consórcios intermunicipais para implantação de CREAS e serviços de acolhimento regionalizados, destinados ao atendimento às crianças e aos adolescentes, idosos, mulheres e outros segmentos vítimas de violência.
6ª	Fomentar a criação de cooperativas de trabalho para mulheres.
7ª	Ampliar os programas de empreendedorismo juvenil.
8ª	Ampliar a rede de atendimento a adolescente em regime de semiliberdade e liberdade assistida.
9ª	Expandir a regionalização das Unidades de Proteção Especial de Alta Complexidade, nas macrorregiões do Estado.
10ª	Promover a inclusão social e produtiva dos jovens, proporcionando capacitação adicional, potencializando a integração nas comunidades.

TEMA: CULTURA

RANKING	AÇÃO
1ª	Planejar a implantação de programas de capacitação de gestores públicos de cultura e de produtores culturais: estruturar mecanismos de capacitação na elaboração de projetos culturais, criando Programas de Formação e capacitação profissional em Cultura para Gestores, produtores e artistas;
2ª	Implantar e dar usufruto a equipamentos culturais (transformar os teatros em referência em escolas);
3ª	Ampliar a preservação e ocupação dos patrimônios materiais e formação a produção de cultura imaterial;
4ª	Disponibilizar Banda Larga através do Cinturão Digital aos Pontos de Cultura, apoiando a criação de redes de gestores, conselhos, institutos e etc, criando e inserindo a região nos Sistemas: Nacional, Estadual e Municipal de Cultura, estimulando a criação de redes de órgãos e gestores da cultura, conselhos, fundações, institutos, organizações da sociedade, centros de pesquisa e formação, buscando a universalização dos programas de formação e capacitação profissional em cultura, artes e ofícios em rede.
5ª	Planejar a criação de programas de apoio à produção cultural e artística do Ceará, criando novos editais, prêmios, memoriais.
6ª	Promover a revisão da Legislação Cultural do Estado, estabelecendo políticas para Economia da Cultura e desenvolvimento da Indústria Criativa.
7ª	Pesquisa e planejamento de propostas em novas linguagens.
8ª	Institucionalizar os Fóruns Regionais de Cultura, e os Fóruns de Linguagens Artísticas para garantir a efetiva participação na elaboração e execução das políticas públicas no Estado com Autonomia aos Fóruns legitimando-os com ações deliberativas.
9ª	Planejar a criação do Instituto do Patrimônio Histórico-Cultural do Ceará.
10ª	Consolidar as relações entre cultura e educação, tendo na escola um espaço de fruição, de experimento e de valorização da arte e cultura.

TEMA: ESPORTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Criar Programas de capacitação e de fortalecimento institucional nas secretarias municipais de esporte e órgãos afins.
2ª	Articular com instituições educacionais a formação de profissionais em Ed. Física para atendimento à 3º Idade e a pessoas com deficiência.

3ª	Garantir os projetos específicos de esporte e lazer para idosos e pessoas com deficiência (Jogos Paraolímpicos, Jogos da Feliz Idade, Academia de Pilates, Academia Popular e outros).
4ª	Ampliar o Programa Bolsa Esporte e atender a 3.000 atletas.
5ª	Desenvolver parcerias para a construção de Centros Poliesportivos Regionais, para servir como polo de formação de atletas.
6ª	Desenvolver parcerias para construção do Centro Esportivos Regionais.
7ª	Estimular a formação de uma indústria criativa do esporte e qualificação de grupos produtivos comunitários, organizando-os como Arranjos Produtivos Locais – APLs.
8ª	Ampliar as ações do Projeto Esporte na Escola e apoiar a realização das Paraolimpíadas Escolares.
9ª	Identificar espaços urbanos e rurais que favoreçam à prática de esportes de natureza e de aventura, para construção de equipamentos e instalações adequadas, desenvolvendo parcerias para fortalecer e viabilizar a presença da juventude.
10ª	Articular-se com escolas de educação profissional para que ofertem cursos de formação básica, para atuação na área dos esportes de natureza e de aventura.

TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFENSORIA

RANKING	AÇÃO
1ª	Dar continuidade à política de ampliação dos quadros dos profissionais do Sistema de Segurança Pública, Sistema Penitenciário e Defensores Públicos na Região do Cariri Centro-Sul.
2ª	Realizar, periodicamente, avaliações e acompanhamento psicológicos nos profissionais de segurança pública.
3ª	Formular uma Política de Cargos e Salários para os policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários, defensores públicos e demais profissionais da segurança pública, visando a valorização profissional.
4ª	Incrementar o processo de interiorização da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, da Perícia Forense e da Defensoria Pública.
5ª	Capacitar, profissionalmente, o preso do regime aberto e semiaberto, absorvendo a mão de obra de egressos no mercado de trabalho, notadamente em serviços e obras públicas.
6ª	Aumento do efetivo de policiais nos municípios do interior.
7ª	Sensibilizar a população quanto à importância da promoção da ocupação de espaços públicos, mediante ações do Estado em infraestrutura e que promovam esporte, educação, arte, cultura e lazer.
8ª	Incentivar as práticas de mediação de conflitos (escolar, comunitária e policial).
9ª	Construção/reforma de presídios, cadeias, delegacias, casa de abrigo, centro educacional para menores.
10ª	Criar e implantar um programa estratégico de educação à cidadania, voltada à prevenção e ao combate ao uso das drogas lícitas ou ilícitas, notadamente entre crianças e adolescentes, estendendo o atendimento a suas respectivas famílias.

EIXO: SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

TEMA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E PESCA

RANKING	AÇÃO
1ª	Aperfeiçoar o incremento dos APLs nas cadeias produtivas prioritárias para a Agricultura Familiar.
2ª	Aplicar a tarifa noturna da energia rural durante o período do dia, buscando estender o Programa Luz para Todos para fins produtivos.

3ª	Desenvolver estudos para reestruturação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará – Ematerce, buscando universalização do serviço de ATER.
4ª	Criar um programa de aproveitamento da infraestrutura hídrica existente para a produção familiar irrigada
5ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA (Programa de Aquisição de Alimento) e Hora de Plantar.
6ª	Assegurar a continuidade do Programa de Escolas Profissionalizantes no meio rural.
7ª	Buscar universalizar o Programa Garantia-Safra.
8ª	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financiamento.
9ª	Estudar a implementação de uma política de dispensa e/ou isenção do licenciamento ambiental.
10ª	Apoiar a criação do Centro de Abastecimento e Comercialização da Agricultura Familiar.

TEMA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RANKING	AÇÃO
1ª	Estudar a revisão da política tributária/fiscal e de incentivos para o desenvolvimento do Agronegócio, envidando esforços na busca de soluções para equacionar o endividamento rural.
2ª	Promover a descentralização industrial via criação de minidistritos industriais nos pequenos municípios, destinando parcela significativa do FDI para interiorizar a indústria.
3ª	Buscar novas iniciativas que garantam a prospecção, a divulgação e a comercialização dos produtos obtidos, a partir da Indústria e da Mineração do Estado.
4ª	Planejar a criação do Fundo de Aval com objetivo de desburocratizar o crédito para o setor do Comércio e Serviço.
5ª	Criar programas de divulgação, distribuição e comercialização dos produtos cearenses para os mercados interno e externo.
6ª	Apoiar a implantação de agroindústrias voltadas para o aproveitamento da produção da fruticultura da região.
7ª	Estudar a ampliação da política de redução de alíquotas sem perda de arrecadação.
8ª	Mapear e integrar as matrizes de comércio e serviços, transformando o Estado em centro de excelência, na prestação de serviços especializados.
9ª	Elaborar políticas de incentivo à inovação tecnológica, gerando perene aperfeiçoamento dos produtos beneficiados no Estado.
10ª	Construir e aplicar uma política ambiental que assegure a eficácia e a celeridade na emissão de licenças ambientais.

TEMA: DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

RANKING	AÇÃO
1ª	Criar o Programa e do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social e apoiar sua implantação em nível municipal, assegurando a inclusão das comunidades urbanas e rurais nas políticas habitacionais e disponibilizando projetos habitacionais executivos pré-aprovados pelos órgãos de financiamento e de controle urbano para habitação de interesse social.
2ª	Preservar os sítios e monumentos históricos, o patrimônio cultural (material e imaterial), e o patrimônio ambiental dos municípios que fazem parte do território.
3ª	Instituir o Programa Estadual de Saneamento Ambiental (água, esgoto e lixo) e apoiar a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Ambiental, estimulando a implantação da gestão consorciada de políticas de saneamento ambiental (água, esgoto, resíduo sólido), e de transporte público.

4ª	Apoiar os empreendimentos produtivos de base comunitária e Arranjos Produtivos Locais – APL no território Centro-Sul.
5ª	Realizar a regularização de propriedades urbanas a exemplo da regularização fundiária rural.
6ª	Apoiar a melhoria ambiental dos espaços urbanos por meio da qualificação dos logradouros públicos (ruas e praças), recuperação dos recursos ambientais com a criação de parques e arborização urbana.
7ª	Planejar a eliminação das ocupações em áreas de risco.
8ª	Apoiar a construção de abatedouros de acordo obedecendo as exigências da vigilância sanitária e os preceitos legais.
9ª	Estimular a constituição de consórcio intermunicipal para gestão de aterros sanitários.
10ª	Universalização do SDE de abastecimento e tratamento de água e esgoto.

TEMA: MEIO AMBIENTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Criação de alternativas de convivência do homem com a Caatinga, com ações de educação ambiental, incentivando a mudança de hábitos e consciência ecológica, promovendo a recuperação dos recursos ambientais e combatendo a desertificação.
2ª	Criar política para a Agroecologia, assegurando o envolvimento dos produtores na agricultura orgânica.
3ª	Reestruturar, regionalizar e descentralizar a SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente - assegurando o cumprimento eficaz da Política Ambiental do Estado do Ceará.
4ª	Instituir o pagamento por serviços ambientais para a conservação e preservação dos recursos naturais.
5ª	Fortalecer e aprimorar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, promovendo a Gestão Participativa nas Unidades de Conservação estaduais e a criação de outras.
6ª	Implantar de Agentes Ambientais com ênfase para as ações de monitoramento.
7ª	Elaborar e executar programas e projetos de educação ambiental com a capacitação de professores para inserção de temáticas ambientais nas unidades escolares da rede pública e para toda sociedade civil quanto ao uso de agrotóxicos e assuntos diversos correlatos à proteção, conservação e preservação do meio ambiente.
8ª	Planejar o cumprimento da meta brasileira de redução de emissões de carbono e gases, causadores do aquecimento global, definindo e apoiando as ações estratégicas localizadas.
9ª	Desenvolver programa de reflorestamento e recuperação de matas ciliares e revitalização das fontes e demais corpos hídricos com acompanhamento técnico dos órgãos competentes, em cumprimento à lei e criar um Posto/Centro Avançado de Combate aos Incêndios Florestais em cada microrregião.
10ª	Elaboração de planos de gestão integrada dos resíduos sólidos, incluindo a instalação de aterros sanitários consorciados, coleta seletiva e reciclagem, orientação e acompanhamento e na implementação.

TEMA: RECURSOS HÍDRICOS

RANKING	AÇÃO
1ª	Planejar a execução de obras (barragens vertedouras, barragens subterrâneas, sistemas e adutoras) para atendimento de populações urbanas da região do Centro-Sul e otimização da perenização de rios e riachos.
2ª	Desenvolver um sistema inteligente e integrado de informações, para tomada de decisão na gestão dos recursos hídricos do Estado, buscando mecanismos para monitorar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Estado.
3ª	Implementar ações educativas visando ao uso racional e à preservação dos recursos hídricos.
4ª	Universalizar o abastecimento de água no Estado.
5ª	Apoiar a gestão dos Comitês de Bacias e das Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos.

6ª	Locação e perfuração de poços profundos.
7ª	Apoiar a construção de açudes intermunicipais.
8ª	Construir barragem subterrânea.
9ª	Consolidar e ampliar a rede hidrometeorológica do Estado.
10ª	Planejar a implantação de sistemas de adutoras para atendimento de populações urbanas do interior do Estado.

TEMA: SECRETARIA DO TURISMO

RANKING	AÇÃO
1ª	Fortalecer o programa de capacitação para profissionais da cadeia produtiva do turismo.
2ª	Estruturar os pontos turísticos da região através de obras, ações de capacitação e investimentos, para consolidação e implantação das atividades propostas no setor do turismo.
3ª	Realizar inventário da oferta turística da região.
4ª	Apoiar a implantação de Projeto Turismo Rural na Agricultura Familiar.
5ª	Incentivar o empreendedorismo e a responsabilidade social nas regiões turísticas com a participação da comunidade.
6ª	Induzir a ampliação do fluxo do transporte aéreo regional, nacional e internacional para Fortaleza e outros aeroportos do Estado do Ceará.
7ª	Planejar meios que incentivem a instalação de equipamentos que estimulem a atração de turistas de médio e baixo poder aquisitivo, como forma de fortalecer a cadeia produtiva do turismo.
8ª	Implementar e incentivar novas estruturas públicas e privadas, aumentando a competitividade do destino turístico do Ceará (estradas, centro de eventos, aquário, hotéis, campos de golfe).
9ª	Construção, conservação e sinalização das estradas estaduais.
10ª	Criar, implantar e promover o roteiro turístico integrado na região.

TEMA: INFRAESTRUTURA

RANKING	AÇÃO
1ª	Apoio do Governo do Estado, por meio da Secretaria das Cidades e da CAGECE, à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.
2ª	Ampliar a restauração de rodovias.
3ª	Planejar a implantação da Telefonia Móvel nos distritos através de estações repetidoras – ERP, em parceria com as prefeituras e operadoras.
4ª	Ampliar a implantação de novas rodovias, construindo estradas intermunicipais e de integração territorial.
5ª	Garantir a presença do DER na fiscalização das obras e estradas vicinais.
6ª	Aplicação de asfalto: Marizeiras – Carirus (18 km); beneficiando o município de Tarrafas, Altaneira – Assaré (25 km); Altaneira - Farias Brito (18 km).
7ª	Planejar a correção do traçado das rodovias estaduais, com a finalidade de eliminar os locais potencialmente perigosos (alargamento de cortes e melhorias das curvas), viabilizando a implantação de contornos rodoviários e a retirada do tráfego pesado das cidades localizadas nos corredores produtivos.
8ª	Estudar a mudança de categoria das principais rodovias estaduais, visando à atração de novos investimentos e mercados.
9ª	Articular-se com a INFRAERO para ampliar o terminal de passageiros e as pistas de pouso dos aeroportos de Fortaleza e de Juazeiro do Norte para aviões de grande porte, incluindo cargas e passageiros.
10ª	Ampliar e integrar o Sistema de Comunicação atual para acesso aos Polos de Desenvolvimento.

3.2 - TEMAS ESTRATÉGICOS

Dentro da perspectiva de definir os compromissos regionais, durante as oficinas os participantes elegeram, em plenária, três temas estratégicos cujos resultados encontram-se a seguir:

Juazeiro do Norte

1 - Fortalecer a integração do Sistema de Segurança Pública e Justiça com o Sistema de Educação, Saúde e Assistência Social, na busca da pacificação social, combate às drogas ilícitas, sobretudo para a valorização da vida na Região do Cariri.

2 - Otimizar os recursos hídricos para estimular a produção, visando ao fortalecimento da agricultura familiar, envolvendo o terceiro setor, ações legislativas, educativas, fiscalização, integração da assistência técnica e crédito rural, assim como o canal de escoamento da produção através do equipamento implantado – CEASA.

3 - Estruturar a cadeia produtiva do turismo na região.

Brejo Santo

1 - Revitalizar a Bacia do Salgado integrando-a ao Canal da Transposição (Eixão das Águas), com dotação de infraestrutura elétrica e rodovias vicinais, desenvolvendo as cadeias de produção da fruticultura, olericultura, piscicultura, apicultura e a bovinocultura de leite, assegurando a assistência técnica de fortalecimento de ATER's, garantindo a participação dos agricultores nos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE), comercialização e acesso ao crédito desburocratizado para que possa alavancar o desenvolvimento sustentável da região.

2 - Fortalecer a integração do Sistema de Segurança Pública e Justiça com o Sistema de Educação, Saúde e Assistência Social, na busca da pacificação social, combate às drogas ilícitas, sobretudo para a valorização da vida na Região do Cariri.

3 - Fortalecer as ações do corpo de bombeiros e da saúde para o atendimento pré-hospitalar e a implantação, ampliação e funcionamento imediato dos leitos de UTI, garantindo leitos superiores à demanda, leitos de estabilização dos municípios,

independente do número de habitantes, bem como a implantação do laboratório regional de saúde pública, do centro de zoonoses e o financiamento do Governo do Estado para o fortalecimento da atenção primária.

Icó

1 - Aproveitar e Ampliar os Recursos Hídricos de maneira racional e sustentável.

2 - Fortalecer a integração do Sistema de Segurança Pública e Justiça com o Sistema de Educação, Saúde e Assistência Social, na busca da pacificação social, combate às drogas ilícitas, sobretudo para a valorização da vida na Região do Cariri.

3 - Fortalecer a Política de Saúde na média e na alta complexidade.

Iguatu

1 - Fortalecer e qualificar a atenção à saúde na média complexidade, desenvolvendo ações intersetoriais para urgência e emergência, dependentes químicos e avanços nas políticas de financiamentos (PPI na média), infraestrutura, implantar unidades especializadas e política e educação permanentes em saúde capazes de atender ao desenvolvimento regional esperado.

2 - Aproveitar o uso racional dos recursos hídricos, desburocratização na liberação de outorgas, regularização fundiária, infraestrutura elétrica e de estradas, assistência técnica sistemática e de qualidade, promovendo o desenvolvimento agropecuário, da pesca e do turismo da região.

3 - Fortalecer os recursos humanos e logísticos do sistema de segurança, defensoria e justiça, nas áreas urbanas e rurais, integrada aos sistemas de educação, saúde, esporte, lazer, trabalho e geração de emprego na busca da pacificação social, combate às drogas, prevenção de desastres, tudo no intuito da valorização da vida e da família da região Centro-Sul.

4. PLANO PLURIANUAL - PPA 2012-2015

O Governo do Estado do Ceará, quando da elaboração do PPA 2012-2015, reforça a incorporação dos princípios da participação social e da dimensão territorial, objetivando dar maior transparência à aplicação dos recursos públicos, aos resultados obtidos e explicitar a distribuição regional das metas e

dos gastos governamentais. A incorporação da dimensão territorial focada na orientação da alocação dos investimentos visa ao equilíbrio territorial, à superação dos desafios e à potencialização das oportunidades regionais.

4.1 - COMPROMISSOS REGIONAIS

Os Compromissos Regionais apresentam-se como um elemento dinamizador da estratégia de articulação de parcerias e da intersetorialidade, premissas contidas nas diretrizes do Plano de Governo. O quadro a seguir apresenta os Compromissos Regionais

pactuados segundo as áreas temáticas de governo. Os percentuais apresentados correspondem à proporção em que a área temática figurou como prioridade regional no total das oficinas regionais realizadas, em função do compromisso eleito.

COMPROMISSO REGIONAL	MACRORREGIÃO/SEDE DA OFICINA
ÁREA TEMÁTICA: SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFENSORIA (35%)	
Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas.	RMF (Fortaleza) Litoral Oeste (Itapipoca) Sertão dos Inhamuns (Crateús) Sertão Central (Canindé e Mombaça) Cariri/Centro-Sul (Juazeiro do Norte)
ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE (23%)	
Garantia da resolubilidade da atenção à saúde de média complexidade com ações intersetoriais, prioritariamente voltadas ao combate às drogas e acidentes de trânsito.	Sobral/Ibiapaba (Tanguá)
Fortalecimento da atenção à saúde através de uma rede regionalizada, integrando os níveis primário, secundário e terciário, com a construção do Hospital Regional do Litoral Leste/Jaguaribe. Redimensionamento da regionalização da saúde incorporando Jaguaribe como Município Polo.	Litoral Leste/Jaguaribe (Jaguaribe e Aracati)
Fortalecimento e qualificação da atenção à saúde na média complexidade, e das ações intersetoriais para urgência e emergência e dependentes químicos e educação permanente em saúde	Cariri/Centro-Sul (Iguatu)
ÁREA TEMÁTICA: CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL, (12%)	
Criação de novos cursos públicos e gratuitos de graduação e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) na UECE, nas áreas humana, de saúde e de tecnologia.	Sertão dos Inhamuns (Tauá)
Oferta de educação básica em tempo integral, formação profissional, tecnológica e médica na região do Sertão Central.	Sertão Central (Quixeramobim)
ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA (6%)	
Desenvolvimento das cadeias produtivas do caju, mandioca, apicultura, turismo, pesca e aquicultura sustentáveis com ATER/ATEPA (Assistência Técnica Piscícola e Aquícola).	Litoral Oeste (Camocim)

ÁREA TEMÁTICA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (6%)

Integração da malha viária da região.	Sobral/Ibiapaba (Sobral)
---------------------------------------	--------------------------

ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL (6%)

Saneamento ambiental: água e esgoto para todo o Maciço de Baturité.	Baturité (Baturité)
---	---------------------

ÁREA TEMÁTICA: RECURSOS HÍDRICOS (12%)

Revitalização da Bacia do Salgado integrando-a ao Canal da Transposição (Eixão das Águas) articulada com o desenvolvimento das cadeias de produção da fruticultura, olericultura, piscicultura, apicultura e a bovinocultura de leite.	Cariri/Centro-Sul (Brejo Santo)
--	---------------------------------

Aproveitamento e ampliação dos Recursos Hídricos de maneira racional e sustentável.	Cariri/Centro-Sul (Icó)
---	-------------------------

• COMPROMISSOS REGIONAIS DO CARIRI / CENTRO-SUL

Território do Cariri

Compromisso Regional 1:

- Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas.

Compromisso Regional 2:

- Revitalização da Bacia do Salgado, integrando-a ao Canal da Transposição (Eixão das Águas) articulada com o desenvolvimento das cadeias de produção da fruticultura, olericultura, piscicultura, apicultura e a bovinocultura de leite.

Neste território, foram definidos dois compromissos regionais resultados das proposições das oficinas realizadas em Juazeiro do Norte, onde a participação social priorizou a definição de políticas específicas para o combate às drogas ilícitas, tendo em vista que o alto índice de consumo de drogas na região se mostra como um dos mais complexos e inquietantes fenômenos da atualidade. E o outro, resultado da Oficina Regional de Brejo Santo, onde os participantes discutiram a importância de melhorar ou manter a oferta hídrica, contemplando os múltiplos usos, de forma que atenda racionalmente o consumo humano e garanta o desenvolvimento das atividades produtivas da região. Afirmaram que a Bacia do Salgado

necessita de um melhor aproveitamento de suas potencialidades, porquanto beneficia diretamente 23 municípios (Abaiara, Aurora, Baixo, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririaçu, Cedro, Crato, Granjeiro, Icó, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte, Porteiras, Umari e Várzea Alegre). Segundo ainda a visão do cidadão, o investimento na Bacia do Salgado possibilitaria a complementação do chamado "Cinturão das Águas" no Estado do Ceará, isto porque a interligação do "Eixão das Águas" com o "Canal de Transposição do Rio São Francisco", ainda não existente, pode ser viabilizada pela Bacia do Salgado.

Território Centro-Sul

Compromisso Regional 1:

- Fortalecimento e qualificação da atenção à saúde na média complexidade, com ações intersetoriais para urgência e emergência e dependentes químicos e educação permanente em saúde.

Compromisso Regional 2:

- Aproveitamento e ampliação da infraestrutura de recursos hídricos de maneira racional e sustentável.

Os Compromissos acima descritos são resultados do processo de participação ocorrido em duas oficinas regionais: em Iguatu, a população sinalizou a necessidade de maior investimento público, visando a garantir as ações e serviços de saúde

com resolubilidade no plano secundário do Sistema Microrregional de Saúde. O enfrentamento às drogas com foco na assistência também foi debatido como prioritário. Segundo os participantes, essa situação atinge atualmente um contingente representativo da população, o que é preocupante para a saúde pública, para a vida das pessoas, das famílias e da sociedade. Na oficina ocorrida no Município do Icó, a gestão dos recursos hídricos teve status de relevância para participação social. Segundo a perspectiva do cidadão, a revitalização do perímetro irrigado do Icó - Lima Campos e a perenização de rios e riachos (construção

de infraestrutura hídrica - poços, canais, açudes, barragens etc), promoveriam inúmeros benefícios às cadeias produtivas locais: bovinocultura de leite, ovinocultura, apicultura, piscicultura, fruticultura, produção de grãos, apoio à agroindústria, ao turismo rural. Um investimento com esse foco, fortalecido também por um processo de educação ambiental com ênfase na assistência técnica de extensão rural e comercialização, garantiria a permanência do homem do campo por intermédio da geração de emprego e renda familiar e ampliação da produção de alimentos.

4.2 - PROGRAMAS E METAS REGIONALIZADAS

O Programa Temático retrata no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios

e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade e se desdobra em Objetivos e Iniciativas.

EIXO: SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	00273 - Ampliar em 20.143 a oferta de matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP).	867	2.604	3.471
021 - Promoção da Juventude	01503 - Ampliar o atendimento do Programa E-Jovem para os 184 municípios até 2014.	42	42	42
023 - Igualdade Étnico-Racial	01846 - Garantir as condições básicas para a efetividade do processo de ensino/aprendizagem dos conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileira e indígena nas 665 escolas da rede estadual.	102	102	204
024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	01751 - Atender a 200 escolas da rede pública estadual com projetos de promoção da Cultura de Paz até 2015.	42	42	42
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	00511 - Garantir padrões básicos de funcionamento a 238 escolas da rede estadual para atendimento aos alunos com deficiência.	15	25	40

026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	00512 - Garantir acessibilidade aos alunos de 665 escolas estaduais, de acordo com as normas da ABNT, até 2015.	102	102	204
	01510 - Promover formação em serviço para 1.531 professores que atuam na educação especial.	60	180	240
072 - Aprendizagem das Crianças na Idade Certa	00532 - Alfabetizar a cada ano, no nível desejável, 237.082 alunos, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em todos os municípios do Estado.	40.076	120.228	160.304
	00590 - Ampliar as ações do Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC para os 427.533 alunos do 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental das escolas públicas.	71.410	214.230	214.230
	00632 - Implantar 161 Centros de Educação Infantil - CEI, apoiando os municípios na ampliação do atendimento das crianças de 0 a 5 anos.	4	14	18
072 - Aprendizagem das Crianças na Idade Certa	00633 - Apoiar os 184 municípios na implementação de políticas direcionadas para melhoria da aprendizagem dos alunos, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.	42	42	42
073 - Organização e Gestão da Educação Básica	01343 - Prover as 665 escolas da rede pública estadual com materiais didáticos e pedagógicos para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes.	102	102	102
	01344 - Apoiar financeiramente o desenvolvimento de projetos ambientais em até 186 escolas estaduais, por ano, até 2015.	28	84	112
	01345 - Criar Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola-com-Vida em 1.000 escolas públicas até 2015.	41	112	153
073 - Organização e Gestão da Educação Básica	01348 - Certificar, anualmente, 8.135 alunos matriculados na educação de jovens e adultos no formato semipresencial até 2015.	1.310	3.930	5.240
	01351 - Garantir as condições básicas de funcionamento com equidade às 665 unidades escolares da rede pública estadual, assegurando a infraestrutura e os insumos indispensáveis ao desenvolvimento da aprendizagem.	102	102	102
	01352 - Garantir a melhoria do transporte escolar para o acesso dos 143.895 alunos do campo/zona rural, na faixa etária de educação escolar obrigatória, às unidades de ensino.	31.370	31.370	31.370
	01353 - Implementar nas 665 escolas estaduais a metodologia da superintendência escolar como instrumento de planejamento, acompanhamento e monitoramento.	102	102	102

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	03026 - Adaptar o espaço físico dos 8 campi da UECE às formas de acessibilidade e mobilidade.	1	1	1
068 - Educação Superior	00499 - Apoiar a implementação de um Plano Estratégico para cada Universidade Pública Estadual.	1	-	1
	01080 - Ampliar de 9.183 para 11.161 o número de matrículas nos cursos de graduação da URCA.	9.642	11.161	11.161
	01082 - Aumentar de 55 para 130 o número de matrículas nos cursos de pós-graduação stricto sensu.	48	82	130
	01084 - Aumentar em 10% ao ano a produção científica na URCA.	35	105	140
	01085 - Aumentar em 10% ao ano o número de pessoas atendidas com as ações de extensão.	3.800	11.400	15.200
	01087 - Aumentar em 10% ao ano o número de projetos de extensão desenvolvidos pelo Geopark Araripe.	3	5	8
	01213 - Ampliar de 18.000 para 21.800 o número de matrículas nos cursos de graduação da UECE.	1.890	2.180	2.180
	01240 - Aumentar de 1.647 para 1976 (5% ao ano) a produção científica na UECE.	4	10	14
	01250 - Aumentar de 81.000 para 115.830 (10% ao ano) o número de pessoas atendidas com ações de extensão na UECE.	8.910	11.583	11.583
069 - Educação Profissional	01257 - Ampliar em 40% os grupos voltados à extensão cultural e artística.	1	1	1
	00613 - Avaliar e monitorar 100% dos contratos de gestão firmados pela SECITECE.	1	3	4
070 - Ciência, Tecnologia e Inovação	00624 - Realizar melhorias de infraestrutura física e de equipamentos em 12 Centros Vocacionais Tecnológicos.	1	-	1
	00493 - Formar 990 multiplicadores na área de Ciências.	-	270	270
	00731 - Aumentar em 30% o número de demandas locais atendidas pelos agentes digitais.	75	392	467
	01296 - Realizar 73 eventos para difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional.	1	12	13
	01319 - Realizar 8 concursos de experiências científicas.	-	1	1
	01686 - Desenvolver 3 projetos voltados à divulgação e popularização da Ciência no Estado do Ceará.	1	-	1

070 - Ciência, Tecnologia e Inovação	01814 - Ampliar em 10% o número de projetos que criem, estimulem e facilitem o desenvolvimento da Inovação Tecnológica.	5	15	20
	01816 - Aumentar em 100% o número de projetos apoiados voltados para a criação de patentes.	5	15	20
	01817 - Revitalizar os Institutos da URCA.	4	4	4
079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará	00970 - Gerar e disponibilizar 06 mapas temáticos para o Estado do Ceará e Nordeste brasileiro.	1	1	1

SECRETARIA DA SAÚDE – SESA

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
025 - Enfrentamento às Drogas	00583 - Apoiar os 184 municípios cearenses na implantação/implementações de ações voltadas ao enfrentamento da dependência de álcool, crack e de outras drogas.	42	42	42
	02972 - Capacitar trabalhadores de saúde no enfrentamento da dependência do crack e de outras drogas.	100	500	600
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	01752 - Habilitar dois serviços de reabilitação física nível intermediário como Centro de Referência em Medicina Física e Reabilitação para atendimento a pessoa com deficiência.	-	1	1
	01787 - Apoiar os 31 municípios que prestam atendimento especializado a pessoa com deficiência.	7	7	14
027 - Atenção à Pessoa Idosa	01744 - Apoiar 100% dos municípios na implementação da saúde da pessoa idosa na atenção primária.	42	42	42
	01745 - Ampliar o atendimento especializado em geriatria e gerontologia para 100% das regiões de saúde do Estado do Ceará.	-	5	5
	02980 - Capacitar cuidadores de pessoas Idosas para Rede de Atenção Primária à Saúde.	81	81	162
030 - Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS	00387 - Implantar o Sistema de Acompanhamento Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS nas 21 Coordenadorias Regionais de Saúde.	5	5	5
	00414 - Criar e Estruturar 22 Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde na rede SUS.	4	-	4
	00440 - Qualificar em 100% a Rede de Ouvidorias da SESA.	1	2	3
	00441 - Apoiar a Implantação e Fortalecimento das Ouvidorias do SUS em 70% dos Municípios Cearenses com mais de 100 mil habitantes	-	1	1

030 - Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS	00497 - Realizar 143 eventos para conselheiros e lideranças no âmbito Estadual, Macro e Microrregional e Municipal.	7	19	26
	01797 - Implantar e estruturar o Sistema Estadual Rede Escola do SUS.	1	1	1
	01799 - Apoiar a implantação do Sistema Integrado da Gestão da Força de Trabalho e da Educação em Saúde na rede SESA.	-	1	1
	01807 - Modernizar a infraestrutura de tecnologia da informação das Microrregiões de Saúde, Unidades próprias, vinculadas e áreas técnicas de nível central da SESA.	5	5	5
	01845 - Implementar o Plano de Educação Permanente em Saúde.	1	1	1
	01863 - Implantar Núcleos Executivos da ESP nas Microrregiões de Saúde.	1	4	5
	01864 - Capacitar Trabalhadores do SUS.	715	4.785	5.500
	01865 - Capacitar profissionais e a comunidade por meio de Ações Educativas em Saúde Pública.	330	1.170	1.500
	01866 - Capacitar docentes em Abordagens Educacionais Inovadoras.	35	112	147
030 - Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS	02995 - Fomentar a realização de pesquisas sobre temas relevantes para o SUS.	1	-	1
037 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	00136 - Garantir padrão de atendimento de qualidade: Acreditação/Certificação para todas as Unidades de Saúde do Estado.	5	5	5
	00949 - Estruturar três redes temáticas: Rede Cegonha, Urgências e Psicossocial em 6 regiões de saúde.	2	2	2
	00986 - Apoiar 100% dos municípios na organização e qualificação das ações de Saúde Mental.	42	42	42
	01700 - Implementar um Sistema de Informação gerencial padronizado para todos os CEO's, Policlínicas e Hospitais Terciários com implantação progressiva visando à efetivação em 100% até 2015.	5	10	10
	01724 - Garantir a implantação/implementação de 17 serviços especializados de Saúde do Trabalhador.	1	2	3
	01726 - Configurar o desenho das Redes de Urgências, articuladas com as Redes Cegonha e Psicossocial em 100% das Regiões de Saúde.	5	5	5
	01729 - Implantar/implementar as 32 Unidades de Pronto Atendimento - UPAs.	6	6	6
	01730 - Implementar as unidades de emergências nos Hospitais componentes do Sistema Estadual de Urgência e Emergência.	5	5	5

037 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	01731 - Apoiar 100% dos municípios com população maior que 100 mil habitantes na implantação da atenção domiciliar.	2	2	2
	01732 - Preparar 100% das unidades que integram a Rede de Urgência e Emergência para o atendimento a desastre, catástrofes e incidentes com múltiplas vítimas.	5	5	5
	01734 - Apoiar os 184 municípios para obtenção de uma cobertura mínima de 70% do SISVAN-Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.	42	42	42
	01739 - Implantar Centros de Especialidades Odontológicas em 10 regiões de saúde.	1	-	1
	01741 - Apoiar as 3 escolas de Saúde Pública no desenvolvimento de programas educacionais para a qualificação de recursos humanos em saúde bucal.	-	1	1
	01743 - Apoiar o desenvolvimento de ações promotoras de saúde bucal em 100% dos municípios.	14	42	42
	01747 - Monitorar 33 Hospitais-Polo, 15 Hospitais Estratégicos e 64 Hospitais de Pequeno Porte para garantia de atendimento aos pacientes encaminhados pela Atenção Primária.	18	18	18
	01749 - Monitorar unidades que realizam atendimentos especializados em oftalmologia em 30 municípios.	6	6	6
	01750 - Implantar/Implementar ações de prevenção a cegueira do RN em maternidades credenciadas ao Sistema Único de Saúde - SUS em 138 municípios.	29	29	29
	01758 - Promover ações sobre saúde sexual, igualdade de Gênero e direito reprodutivo em 84 municípios.	42	42	42
	01771 - Apoiar a organização dos serviços de Atenção à Saúde do Homem em 100% dos municípios com população maior que 100 mil habitantes.	2	2	2
	01792 - Garantir padrão de atendimento e qualidade: acreditação/certificação para 50% das Unidades da Rede SESA do Estado até 2015.	2	3	3
	01818 - Garantir a implantação de serviços especializados em Fitoterapia nas 08 (oito) Macrorregiões do Estado.	-	6	6
	01824 - Garantir o abastecimento e atendimento de 80% dos fármacos padronizados no elenco da Programação Pactuada Integrada - PPI da Assistência Farmacêutica Básica e Especializada aos 184 municípios.	42	42	42
	01826 - Apoiar os projetos financiados com recursos do Programa de Cooperação Federativa para melhoria da infraestrutura física e tecnológica das Unidades de Saúde.	21	53	74

037 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	03065 - Expandir a capacidade de internação hospitalar em 134.082 internações até 2015, a partir do acréscimo de 700 leitos.	10.314	30.942	41.256
065 - Promoção, Proteção e Vigilância à Saúde	01746 - Reestruturar a Rede de Frio das 22 Microrregiões.	2	3	5
	01762 - Implantar o Programa de Vigilância de populações expostas às substâncias químicas em 96 Municípios do Estado.	-	15	15
065 - Promoção, Proteção e Vigilância à Saúde	01763 - Implementar o Sistema Municipal de Vigilância Sanitária nos 184 Municípios.	42	42	42
	01764 - Implementar o Sistema Municipal de Informação em Saúde nos 184 Municípios.	42	42	42
	01765 - Estruturar as 22 Microrregiões de Saúde para o desenvolvimento de ações de prevenção e controle das zoonoses e DTV.	5	5	5
	01766 - Implementar o Sistema Municipal de Vigilância Epidemiológica nos 184 Municípios.	42	42	42
	01767 - Implementar as ações de prevenção e controle das DST/AIDS e sífilis congênita nos 184 Municípios.	42	42	42
	01768 - Implantar 8 Serviços de Atendimento Especializado (SAE) no Estado.	-	2	2
	01769 - Implementar o Sistema Municipal de Vigilância Epidemiológica das doenças e agravos não transmissíveis nos 184 Municípios.	42	42	42
	01770 - Ampliar para os 184 municípios a notificação e investigação dos acidentes de trabalho fatal, com mutilações e acidentes de trabalho em crianças e adolescentes.	42	-	42
	01802 - Estruturar e manter os Laboratórios Central e Regionais de Saúde Pública e o Serviço de Verificação de Óbitos - SVO.	3	3	3
	02986 - Estruturar 22 Laboratórios de Entomologia e Base de UBV.	2	3	5
	02987 - Estruturar 21 Redes de Frio e adquirir um caminhão frigorífico.	2	3	5
	03022 - Estruturar 10 Serviços de Saúde Prisional.	1	1	2

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
021 - Promoção da Juventude	00905 - Qualificar e requalificar 80.480 jovens trabalhadores.	2.550	8.070	10.620
	01304 - Inserir 28.150 jovens trabalhadores no mercado de trabalho.	765	2.421	3.186
024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	01861 - Atender a 4.324 adolescentes em conflito com a lei nas unidades de semiliberdade, internação provisória e privação de liberdade.	90	270	360

024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	01862 - Construir 3 unidades regionalizadas de internação em Juazeiro do Norte, Sobral e Fortaleza.	-	1	1
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	01383 - Assegurar o apoio financeiro a municípios na realização de serviços e projetos voltados para 4.250 pessoas com deficiência.	450	550	1000
	01877 - Qualificar 2.000 pessoas com deficiência e seus familiares.	100	300	400
	01878 - Inserir 200 pessoas com deficiência no mercado de trabalho.	10	30	40
027 - Atenção à Pessoa Idosa	01384 - Apoiar financeiramente 7.400 pessoas idosas em municípios.	1.500	500	2.000
049 - Trabalho, Emprego e Renda	00195 - Cadastrar 20.102 artesãos de acordo com as normas do Cadastro Nacional de Artesãos.	2.090	6.851	8.941
	00197 - Qualificar 7.110 artesãos.	360	1.178	1.538
	00198 - Apoiar 340 entidades artesanais e grupos produtivos.	53	172	225
	00322 - Inserir 393.228 trabalhadores no mercado de trabalho.	11.797	35.390	47.187
	00325 - Qualificar e requalificar 58.300 trabalhadores.	1.835	5.505	7.340
	00342 - Realizar 9.000 operações de microcrédito.	150	450	600
	00585 - Realizar 238 ações de qualificação em Economia Solidária.	5	7	12
	00587 - Realizar 32 Feiras Regionais de Comercialização e Consumo Solidário e 2 Feiras de Negócios na Região Metropolitana de Fortaleza.	1	3	4
	00588 - Apoiar 624 grupos de empreendedores solidários.	20	66	86
	01036 - Conceder 7.200 instrumentais de trabalho para trabalhadores qualificados.	300	900	1.200
	01605 - Assegurar a manutenção da infraestrutura das 7 lojas do CEART.	1	1	1
	01805 - Capacitar 6.500 microempreendedores.	50	150	200
	03044 - Atender a 3.160.972 trabalhadores com o benefício de Seguro-Desemprego.	94.829	284.489	379.318
	03048 - Qualificar 7.200 trabalhadores desempregados.	200	600	800
050 - Assistência Social	01035 - Atender a 3.100 crianças de 0 a 5 anos em Centros de Educação Infantil.	300	300	600
	01044 - Capacitar 4.960 pessoas da entidade executora do programa e dos municípios beneficiados.	400	800	1.200
	01086 - Prestar assessoramento técnico aos 184 municípios.	42	42	42
	01125 - Assegurar o cofinanciamento dos benefícios eventuais nos 184 municípios.	24	18	42

050 - Assistência Social	01135 - Capacitar 7.380 profissionais das equipes municipais da Proteção Social Básica e do banco de dados do CADÚNICO.	210	630	840
	01142 - Assegurar o cofinanciamento das ações do Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF nos 184 municípios.	33	9	42
	01155 - Atender a 156.550 famílias por meio do PAIF e do Estação Família.	25.950	6.950	32.900
	01158 - Atender a 4.830 pessoas através de ONGs da rede de proteção social.	810	2.430	3.240
	01755 - Atender a 17.000 famílias em situação de vulnerabilidade social nos Centros de Referência da Assistência Social.	6.500	3.000	9.500
	01757 - Atender a 23.600 crianças, adolescentes e jovens em ações esportivas, intercâmbios, identificação de talentos, protagonismo juvenil e outros.	1.500	5.500	7.000
	01808 - Beneficiar 10.500 famílias cadastradas no CADÚNICO.	150	450	600
	01836 - Atender a 50.934 pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS municipais e regionais.	4.150	4.276	8.426
	01838 - Retirar 18.675 crianças e adolescentes do trabalho infantil.	768	2.296	3.064
	01839 - Qualificar 5.242 adolescentes, jovens e agentes públicos.	192	462	654
	01840 - Implantar 2 CREAS regionais.	1	-	1
	01843 - Ampliar para 104 o número de CREAS com o serviço de atendimento das medidas em meio aberto.	8	17	25
	01876 - Qualificar 700 adolescentes e jovens com cursos profissionalizantes.	-	375	375
	02992 - Subsidiar 32 entidades que prestam serviços de acolhimento institucional a crianças, adolescentes e idosos, socioeducativos para pessoas com deficiências.	5	5	5
051 - Segurança Alimentar e Nutricional	00889 - Implantar em 92 municípios os mecanismos de gestão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.	5	16	21
	00890 - Instituir processos continuados de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada, com o desenvolvimento de 361 ações de capacitação.	97	6	103
	00896 - Assessorar os 184 municípios do estado na implementação de conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional.	10	32	42
	00898 - Apoiar a implantação de 64 equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, feiras e mercados públicos).	2	6	8

051 - Segurança Alimentar e Nutricional	00901 - Apoiar a implementação de 80 projetos municipais voltados para produção de alimentos.	3	9	12
---	---	---	---	----

SECRETARIA DA CULTURA - SECULT

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
006 - Memória Cultural	00008 - Realizar 32 ações socioeducativas na área do patrimônio nas 08 macrorregiões do Estado sensibilizando 1.000 pessoas para preservação do patrimônio.	1	3	4
	00011 - Incentivar, assessorar e monitorar a implantação de 16 Arquivos Públicos.	1	2	3
	00509 - Selecionar, reconhecer e apoiar, por ano, 60 Mestres da Cultura Tradicional Popular até 2015.	25	25	25
	00514 - Incentivar, assessorar e monitorar 96 museus no Estado do Ceará cadastrados no SEM/CE.	19	19	19
007 - Incentivo às Artes e Culturas Regionais do Ceará	00567 - Realizar um programa anual de circulação de espetáculos nos teatros centenários: Theatro José de Alencar (Fortaleza), Teatro da Ribeira dos Icó (Icó), Teatro São João (Sobral) e Teatro Pedro II (Viçosa do Ceará).	1	3	4
	00568 - Modernizar e dinamizar 23 equipamentos culturais.	1	1	1
	00570 - Implantar 08 equipamentos culturais nas macrorregiões.	1	-	1
	00575 - Realizar 32 Festivais Regionais de Música por meio do Sistema de Bandas de Música.	1	3	4
	00637 - Apoiar 300 projetos de demandas espontâneas nos diversos seguimentos culturais.	9	27	36
	00639 - Realizar 16 seminários regionais.	2	-	2
	00641 - Apoiar a realização de 400 cursos livres, nos seis segmentos de linguagem, nas 8 macrorregiões.	20	30	50
	00642 - Realizar 8 cursos voltados para a formação de guias e agentes patrimoniais.	1	-	1
	00661 - Apoiar os 100 novos pontos selecionados no II Edital Pontos de Cultura do Estado do Ceará.	21	21	21
	00666 - Realizar 32 Encontros do Sistema Estadual de Teatro.	1	3	4
	00667 - Realizar 32 Encontros do Sistema Estadual de Centros Culturais.	1	3	4
	00668 - Realizar 32 Encontros Regionais de Bandas de Música.	1	3	4
008 - Incentivo à Leitura e ao Conhecimento	00013 - Reformar 12 espaços físicos para sediar bibliotecas públicas.	-	1	1

008 - Incentivo à Leitura e ao Conhecimento	00017 - Realizar 16 feiras de livros, sendo 08 Feiras de Sebo e 08 Feiras Regionais.	-	2	2
	00517 - Realizar 64 cursos de formação na área de biblioteca, sendo 2 cursos por ano em cada macrorregião.	2	6	8
021 - Promoção da Juventude	00530 - Conceder bolsas a 640 jovens artistas de 30 municípios de baixo IDM nas 8 macrorregiões.	40	40	80
	00538 - Realizar 64 atividades socioeducativas, sendo 16 oficinas de <i>hip hop</i> ao ano, contemplando grafite, <i>MC</i> , <i>dance</i> e <i>break</i> .	2	6	8
	00539 - Realizar 32 seminários sobre juventude e segurança pública.	1	3	4
	01788 - Conceder 290 bolsas para agentes de leitura, sendo 280 agentes e 10 articuladores em 41 municípios de alto Índice de Focalização de Agentes de Leitura - IFAL.	85	85	170
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	00548 - Realizar 128 cursos de arte e cultura.	4	12	16
	00554 - Realizar 32 festivais regionais itinerantes (alternando nas macrorregiões) para pessoas com deficiência.	1	3	4

SECRETARIA DO ESPORTE - SESPORTE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
071 - Esporte - Educação, Participação e Lazer	00974 - Implantar e manter 500 núcleos esportivos em todo o Estado.	94	94	94
	00975 - Atender a 46.600 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos.	9.500	9.500	9.500
	00976 - Conceder 3.000 bolsas a crianças e adolescentes.	279	279	279
	00977 - Gerar ocupação e renda para 1.000 profissionais da área de esporte e lazer.	125	125	125
	01279 - Atender a 5.250 pessoas no desenvolvimento da prática esportiva e de lazer.	200	600	800
	01776 - Atender a 5.250 pessoas no desenvolvimento da prática esportiva e de lazer, no âmbito do FUNDEJ.	200	600	800
093 - Infraestrutura Esportiva e de Lazer	01544 - Construir 25 pistas de <i>skate</i> regionais em municípios com população acima de 50 mil habitantes.	4	4	4

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SSPDS

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
012 - Segurança Pública Comunitária	03000 - Ampliar a atuação do Ronda do Quarteirão para municípios acima de 30 mil habitantes - Polícia Militar.	2	6	8

012 - Segurança Pública Comunitária	03006 - Criar 15 postos de vigilância e atendimento de salvamento aquático em áreas de concentração turística na região metropolitana e interior do Corpo de Bombeiros Militar.	-	1	1
	03007 - Aumentar em 45 o número de municípios atendidos pelos projetos sociais do Corpo de Bombeiros Militar.	2	3	5
	03008 - Capacitar 400 bombeiros militares que atuam nos projetos sociais e salvamento aquático em áreas de concentração turística.	10	20	30
	03009 - Capacitar 3.000 pessoas para atuarem como multiplicadores em prevenção e intervenção à violência contra crianças e adolescentes - Polícia Civil.	100	200	300
	03028 - Implantar e aparelhar 20 postos de articulação comunitária - SSPDS.	-	1	1
	03032 - Capacitar 4.000 cidadãos cearenses - SSPDS.	71	213	284
	03050 - Implantar 26 Postos de Identificação Civil distribuídos nas 8 macrorregiões do Estado do Ceará - Perícia Forense.	2	1	3
	03051 - Dotar 5 Postos de Atendimento "Vapt-Vupt", do Governo do Estado, de 1 kit de identificação civil - Perícia Forense.	1	1	1
015 - Segurança Pública Integrada	00827 - Oferecer cursos de formação continuada para 8.000 profissionais de segurança pública do Estado do Ceará - AESP.	150	450	600
	01964 - Construir 3 Delegacias Regionais no interior do Estado - Polícia Civil.	2	-	2
	01965 - Construir 12 Delegacias de Polícia Civil integrada com o destacamento da Polícia Militar no interior do Estado.	1	-	1
	01966 - Reformar 15 Delegacias Regionais de Polícia Civil no interior do Estado.	1	2	3
	01967 - Reformar 18 Distritos Policiais de Fortaleza e Região Metropolitana - Polícia Civil.	2	-	2
	01969 - Adquirir 200 viaturas para atender a capital e interior do Estado - Polícia Civil.	8	14	22
	01981 - Reaparelhar 105 delegacias da Polícia Civil.	4	7	11
	02068 - Reformar 32 Quartéis da Polícia Militar.	1	3	4
	02069 - Equipar 42 Quartéis da Polícia Militar com armamentos, equipamentos e aprestos utilizados pelos policiais militares.	1	4	5
	02074 - Adquirir 872 viaturas para atender à capital e ao interior do Estado - Polícia Militar.	50	90	140
	02167 - Reformar as 24 unidades operacionais da capital, região metropolitana e interior do Estado do Corpo de Bombeiros Militar.	1	3	4

015 - Segurança Pública Integrada	02217 - Reparar a área de tecnologia da informação do Corpo de Bombeiros Militar, com 76 equipamentos.	3	9	12
	02991 - Capacitar 1.600 membros dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) - AESP.	50	150	200
	03033 - Construir 6 núcleos da Perícia Forense.	-	1	1
	03034 - Aparelhar e modernizar 13 unidades da Perícia Forense.	2	1	3
	03036 - Reformar 7 instalações físicas da Perícia Forense.	-	2	2
016 - Gestão de Riscos e Desastres	00343 - Adquirir 2 estações de monitoramento sismográfico.	-	1	1
	00351 - Construir 3 unidades regionais do núcleo de resposta da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.	-	1	1
	00356 - Equipar e modernizar 11 unidades de defesa civil do Estado.	1	1	2
	00369 - Adquirir 28 veículos para as unidades de defesa civil do Estado.	2	2	4
	00867 - Capacitar 4.000 cidadãos cearenses em temas alusivos à vulnerabilidade social e prevenção de desastres - SSPDS.	71	213	284
	01440 - Realizar 48 cursos para capacitação dos integrantes dos órgãos estadual e municipais de defesa civil.	2	6	8
	01441 - Beneficiar 184 municípios atingidos por desastres para socorro às vítimas, reabilitação e reconstrução de cenários.	42	42	42
	01446 - Planejar e executar obras estruturantes para reduzir o potencial das ameaças naturais e socioambientais e as vulnerabilidades dos 184 municípios cearenses.	8	34	42
	01448 - Realizar 57 eventos de promoção da cultura de prevenção de riscos de desastres.	2	6	8
	01499 - Capacitar 10.000 alunos das escolas estaduais para a prevenção de riscos de desastres.	400	1.300	1.700
	02394 - Adquirir 75 viaturas operacionais do Corpo de Bombeiros Militar.	2	3	5
	03027 - Capacitar 360 bombeiros militares em prevenção e atuação em cenários de desastres e segurança pública.	10	30	40
021 - Promoção da Juventude	00871 - Atender a 4.000 jovens com o desenvolvimento de projetos de promoção da defesa social e do protagonismo em favor da paz - SSPDS.	71	213	284
	02467 - Expandir o atendimento para 1.113.600 crianças do Projeto "Turminha do Ronda" - Polícia Militar.	38.000	114.000	152.000
	02468 - Atender 167.000 crianças com o Projeto "Um dia com o Ronda na Escola".	5.500	16.500	22.000

021 - Promoção da Juventude	02469 - Expandir o atendimento para 3.000 crianças do Projeto "Violão Comunitário" - Polícia Militar.	100	300	400
	02496 - Contemplar 6.000 jovens com o projeto Jovem Bombeiro Voluntário.	184	552	736
024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	00176 - Capacitar 4.000 cidadãos cearenses na temática de Direitos Humanos - SSPDS.	71	213	284
	02580 - Confeccionar e distribuir 1.000.000 cartilhas sobre a temática dos direitos humanos - Polícia Militar.	40.000	120.000	160.000
025 - Enfrentamento às Drogas	00249 - Atender a 2.000 jovens no Projeto Reforçando Oportunidade e Negando Drogas (ROND) - SSPDS.	35	105	140
	00250 - Capacitar 4.000 conselheiros comunitários de defesa social na temática da prevenção à violência e ao uso indevido de drogas - SSPDS.	71	213	284
	02675 - Formar 400.000 estudantes (crianças e adolescentes) do Estado do Ceará, no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) - Polícia Militar.	15.000	45.000	60.000
	02676 - Expandir o PROERD para 145 municípios do Estado - Polícia Militar.	9	26	35
	02705 - Adquirir 3 veículos frigorificados para a Perícia Forense.	1	-	1
	02716 - Reparar 13 laboratórios de toxicologia nos núcleos regionais de Perícia Forense.	2	1	3
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	00887 - Capacitar 4.000 conselheiros comunitários de defesa social em ações de apoio à pessoa com deficiência - SSPDS.	71	213	284
	02801 - Qualificar 2.000 pessoas com cursos profissionalizantes - Corpo de Bombeiros Militar.	45	135	180
027 - Atenção à Pessoa Idosa	00891 - Capacitar 4.000 conselheiros comunitários de defesa social em ações de apoio à pessoa idosa - SSPDS.	71	213	284
	02912 - Beneficiar 400.000 idosos do Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade - Corpo de Bombeiros Militar.	12.500	37.500	50.000
066 - Programa de Gestão e Assistência Penitenciária	01005 - Equipar 05 fábricas em unidades prisionais.	-	2	2

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA - SEJUS

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	01299 - Realizar seminários temáticos em 91 dos municípios cearenses.	10	11	21

025 - Enfrentamento às Drogas	03059 - Realizar 8.000 avaliações, encaminhamentos, apoio e orientações aos presos nos regimes semiaberto e aberto e seus familiares.	500	1.500	2.000
	03060 - Criar 3 unidades de recuperação de drogadictos.	-	1	1
	03063 - Manter as unidades de recuperação de drogadictos.	-	1	1
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	01306 - Promover a qualificação de 148 conselheiros da rede de garantia de direitos da pessoa com deficiência nas 8 macrorregiões.	12	36	48
	01307 - Fortalecer os 115 conselhos municipais dos direitos das pessoas com deficiência.	9	27	36
	01308 - Assessorar na implantação de 75 novos conselhos municipais dos direitos das pessoas com deficiência.	2	6	8
076 - Proteção e Cidadania	01126 - Atender 394.400 cidadãos por meio das ações dos caminhões do cidadão.	11.000	33.000	44.000
	01136 - Realizar 119 eventos de cidadania.	4	12	16
	01151 - Atender a 14.400.000 cidadãos nas centrais de atendimento do Vapt-Vupt.	720.000	2.160.000	2.880.000
077 - Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária	01160 - Aumentar o número de vagas no Sistema Prisional, com a criação de 43 novas unidades.	2	4	6
	01167 - Manter e gerir 231 equipamentos penitenciários.	46	48	48
	01171 - Qualificar profissionalmente 5.200 presos e egressos.	200	600	800
	01172 - Matricular 9.200 presos e egressos nas turmas dos ensinos fundamental, médio e superior.	260	780	1.040
	01174 - Implantar 80 oficinas produtivas.	5	15	20
	01176 - Apoiar 4.000 presos e egressos para a empregabilidade.	120	360	480
	01178 - Promover 84 eventos socioculturais, esportivos e religiosos para presos, egressos e familiares.	3	9	12

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO – DPGE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
088 - Promoção e Defesa de Direitos e Acesso à Justiça	01410 - Contemplar com os serviços da DPGE 100% das comarcas do Estado do Ceará.	21	21	21
	01416 - Ampliar e modernizar 51 núcleos avançados de atendimento da DPGE.	9	9	9
	01417 - Implantar e modernizar os núcleos descentralizados da DPGE nos municípios de Caucaia, Maracanaú, Sobral, Crato e Tauá.	-	1	1

088 - Promoção e Defesa de Direitos e Acesso à Justiça	02990 - Garantir o acesso à Rede Mundial de Computadores em 51 comarcas em que haja serviços da DPGE.	9	9	9
	03011 - Garantir o acesso à internet em 10 comarcas em que haja serviços da DPGE.	2	2	2
	03019 - Implantar, ampliar e/ou modernizar 10 núcleos avançados, especializados e descentralizados da DPGE.	2	2	2

EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
023 - Igualdade Étnico-Racial	01113 - Criar e fortalecer 60 associações de comunidades quilombolas.	2	5	7
	01114 - Financiar 40 empreendimentos de infraestrutura, produtivos ou sociais para o desenvolvimento das comunidades quilombolas.	1	3	4
	01115 - Capacitar 2.000 pessoas em comunidades quilombolas.	60	200	260
028 - Desenvolvimento Agropecuário	00597 - Viabilizar 300.000 adesões de agricultores(as) ao Garantia Safra.	80.063	80.063	80.063
	00644 - Atender a 239.057 agricultores(as) familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas.	37.990	72.078	72.078
	00645 - Atender a 159.356 agricultores(as) familiares na produção e comercialização de alimentos agroecológicos com vistas a garantir da segurança alimentar das famílias.	25.324	48.047	48.047
	00646 - Atender a 82.127 agricultores(as) familiares nas microbacias assistidas, com tecnologias alternativas de convivência com o semiárido.	16.282	24.762	24.762
	00647 - Atender a 94.000 agricultores(as) familiares no financiamento e proteção da produção agropecuária (PRONAF, PGPAF E SEAF).	14.000	20.000	20.000
	00651 - Implantar 22.315 hectares com práticas agrícolas de convivência com o semiárido.	1.236	4.944	6.180
	00652 - Beneficiar 17.151 famílias através da implantação das práticas agrícolas de convivência com o semiárido.	858	3.427	4.285
	00653 - Implantar 1.000 Projetos Mandalla.	100	150	250
	00654 - Beneficiar 3.000 famílias com o Projeto Mandalla.	300	450	750
	00742 - Beneficiar 2.800 agricultores(as) familiares do setor da mandiocultura.	280	660	940
	00743 - Beneficiar 19.287 agricultores(as) familiares do setor da cajucultura.	306	1.065	1.371

028 - Desenvolvimento Agropecuário	00745 - Beneficiar 151.332 agricultores(as) familiares com implantação de oleaginosas.	4.737	16.462	21.199
	00747 - Implantar 302.665 hectares de oleaginosas.	9.474	32.925	42.399
	00749 - Beneficiar 7.612 produtores da bovinocultura.	1.200	1.560	1.560
	00750 - Beneficiar 870 produtores da ovinocultura.	60	110	110
	00751 - Beneficiar 730 produtores da caprinocultura	50	120	120
	00752 - Beneficiar 2.350 apicultores.	685	890	890
	00753 - Apoiar a realização de 55 eventos promocionais.	7	10	10
	00755 - Beneficiar 16.581 agricultores(as) familiares com projetos de irrigação.	516	2835	3.351
	00756 - Implantar 5.527 projetos produtivos de irrigação.	172	945	1.117
	00757 - Implantar 3.400 medidores horosazonais.	284	852	1.136
	00849 - Realizar 1.204 ações educativas de defesa sanitária.	75	225	300
	00850 - Realizar 260 análises de resíduos de agrotóxicos em hortigranjeiros.	5	15	20
	00851 - Fiscalizar 384.000 trânsito de animais e vegetais.	39.000	117.000	156.000
	00852 - Inspeccionar 560 estabelecimentos.	9	27	36
	00853 - Fiscalizar 600 eventos agropecuários.	24	72	96
	00854 - Fiscalizar 1.040 comércios estaduais de sementes e mudas.	53	159	212
	00944 - Comercializar 2.456.000 toneladas de produtos hortigranjeiros.	72.000	216.000	288.000
	00954 - Atender a 34.560 agricultores(as) familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica existente para a produção irrigada.	6.030	10.420	10.420
	00955 - Atender a 11.364 agricultores(as) familiares na implantação e revitalização de agroindústrias rurais de beneficiamento e processamento.	2.574	3.426	3.426
	00958 - Capacitar 55.364 agricultores(as) familiares para a produção e gestão de projetos associativos.	7.598	16.693	16.693
	00988 - Beneficiar 986 agricultores(as) familiares com crédito Fedaf.	57	85	142
	01011 - Recuperar 46.500 hectares de cajueiros improdutivos através da substituição de copa.	100	400	500
	01025 - Adquirir e distribuir 24.676 toneladas de sementes.	2.140	8.421	10.561
	01030 - Beneficiar 350.000 agricultores(as) familiares com sementes e mudas.	47.777	104.514	104.514
	01129 - Elaborar e financiar 235 projetos de inclusão econômica.	3	47	50

028 - Desenvolvimento Agropecuário	01134 - Adquirir 400 tratores com equipamentos e implementos agrícolas, para beneficiar comunidades rurais.	14	40	54
	01140 - Realizar 1.673 eventos de capacitação.	70	142	212
	01146 - Implantar 8.000 quintais produtivos.	700	1820	2520
	01286 - Beneficiar 360.000 agricultores(as) familiares com recursos do Pronaf.	20.600	61.800	82.400
	01496 - Implantar 1.000 projetos produtivos e de sustentabilidade ambiental.	36	264	300
	01683 - Implantar 02 parques de exposição agropecuária.	2	-	2
029 - Enfrentamento à Pobreza Rural	00683 - Construir 2.000 habitações rurais nos imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.	80	240	320
	00773 - Beneficiar 109.997 pessoas, diariamente, com distribuição de leite.	23.423	25.765	25.765
	00775 - Ampliar a cobertura do Leite Fome Zero para 180 municípios.	42	42	42
	00776 - Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos.	9.048	27.144	27.144
	00777 - Beneficiar 8.268 agricultores(as) familiares com aquisição de sua produção.	684	2.052	2.052
	00779 - Ampliar para 99 municípios a cobertura do PAA nos 06 territórios da cidadania e CONSAD.	25	25	25
	00781 - Distribuir para 1.788 entidades sócioassistenciais locais alimentos produzidos pela agricultura familiar.	152	456	456
	00782 - Implantar o PAA em 117 assentamentos estaduais e comunidades tradicionais.	5	15	15
	00793 - Executar 24 projetos de educação do campo em assentamentos e comunidades tradicionais.	1	2	3
	00795 - Beneficiar 7.520 famílias em assentamentos e comunidades tradicionais com projetos de educação do campo.	315	625	940
	00796 - Beneficiar 3.200 famílias com Planos de Desenvolvimento em Assentamentos e Comunidades Tradicionais.	100	300	400
	00797 - Elaborar 224 Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos e Comunidades Tradicionais.	7	21	28
	00799 - Atender a 8.000 famílias com ATER em assentamentos e comunidades tradicionais.	250	750	1.000
	00801 - Incentivar a averbação da área de reserva legal em 200 assentamentos.	3	11	14
	00802 - Incentivar a recuperação do passivo ambiental em 100 assentamentos.	2	5	7
	00803 - Recuperar açudes em 18 assentamentos.	1	1	2

029 - Enfrentamento à Pobreza Rural	00804 - Apoiar a implantação de infraestrutura em 72 assentamentos e comunidades tradicionais.	2	6	8
	00805 - Apoiar a implantação de projetos produtivos em 24 assentamentos e comunidades tradicionais.	1	2	3
	00809 - Implantar 1.280 bibliotecas rurais.	40	120	160
	00811 - Capacitar 1.280 agentes de leitura no âmbito do Arca das Letras.	40	120	160
	00812 - Implantar 320 casas digitais.	10	30	40
	00813 - Capacitar 12.800 gestores comunitários.	400	1.200	1.600
	00814 - Apoiar a implantação de 160 bibliotecas rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.	5	15	20
	00815 - Apoiar a implantação de 184 casas digitais em assentamentos e comunidades tradicionais.	8	15	23
	00816 - Apoiar ações de arte e cultura em 32 assentamentos e comunidades tradicionais.	1	3	4
	00817 - Beneficiar 2.400 famílias com a aquisição de imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional do Crédito Fundiário - PNCF.	110	340	450
	00979 - Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção familiar.	3.015	12.060	12.060
	00985 - Atender a 159.356 famílias de agricultores(as) familiares, na produção agroecológica e solidária.	25.324	48.047	48.047
	00994 - Atender a 4.725 famílias de agricultores(as) familiares para o acesso aos financiamentos do Projeto São José, Fedaf e Fecop na implantação e condução de projetos produtivos e de comercialização.	1.072	1.426	1.426
	01009 - Acompanhar e colaborar na estruturação do curso agropecuário em 02 escolas agropecuárias.	1	1	1
	01132 - Construir 250 habitações rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.	7	11	18
	01133 - Reformar 1.200 habitações rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.	20	62	82
	01179 - Implantar 100.000 cisternas de placas para consumo humano, nas comunidades rurais.	14.000	1.200	15.200
	01180 - Implantar 340 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades rurais.	21	58	79
	01181 - Elaborar 159 Planos de Água Municipal (PAM).	7	15	22
	03010 - Construir 12.000 kits sanitários.	688	2.066	2.754

067 - Desenvolvimento Territorial Rural	00900 - Apoiar 13 colegiados territoriais na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e solidário.	2	2	2
	00907 - Implantar 104 projetos de infraestrutura nos territórios rurais.	4	12	16
	01014 - Cadastrar, georreferenciar e regularizar 32.000 imóveis rurais.	1.152	1.729	2.881
	01016 - Titular 51.709 posses de imóveis rurais.	1.860	2.790	4.650
	01018 - Reconhecer 21.580 domínios de imóveis rurais.	790	1.190	1.980
	01680 - Construir 05 miniusinas de álcool.	5	-	5
	01681 - Implantar 30 projetos de agroindústria familiar nos territórios do Estado do Ceará.	-	8	8

SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA – SPA

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
036 - Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aqüicultura	00115 - Distribuir 29.000.000 de alevinos, em 1200 açudes, beneficiando 30.000 famílias.	1.313.000	4.350.000	5.663.000
	00116 - Implantar 49 projetos de aqüicultura.	1	3	4
	00117 - Beneficiar 980 aqüicultores familiares.	20	60	80
	00119 - Beneficiar 5.500 pescadores artesanais continentais.	150	750	900
	00127 - Implantar 58 infraestruturas de apoio a conservação, higienização e beneficiamento visando o aproveitamento integral do pescado.	2	10	12
	00131 - Recuperar 45 estruturas físicas e instrumentalizar as entidades representativas de pescadores.	1	3	4
	00132 - Recuperar e modernizar 06 infraestruturas públicas estaduais de apoio à comercialização do pescado.	-	1	1
	00228 - Realizar 192 operações de fiscalização de atividade de pesca e da aqüicultura.	6	18	24
	00270 - Capacitar 6.100 pescadores artesanais (sendo 600 para atuar na pesca em águas profundas e oceânicas).	100	300	400
	00271 - Capacitar 2.760 aqüicultores.	60	200	260
	00272 - Prestar assistência técnica a 8.860 pescadores e aqüicultores.	160	480	640
	00274 - Participar de 40 feiras e eventos.	2	6	8
	00275 - Promover 20 campanhas de comunicação e marketing para incentivar o consumo do pescado pela população.	1	3	4

036 - Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura	00276 - Construir 2.000 unidades habitacionais.	-	300	300
	00277 - Implantar 10 estruturas para pesca esportiva voltadas ao turismo.	-	2	2
	00279 - Implantar 10 projetos de apoio a pesca e aquicultura ornamental no Estado.	1	-	1
	01467 - Realizar 68 estudos inovadores e pesquisas científicas aplicadas para incrementar a produção pesqueira e aquícola.	5	10	15

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL - CEDE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
078 - Indústria, Serviços, Mineração e Agronegócio	00115 - Distribuir 29.000.000 de alevinos, em 1200 açudes, beneficiando 30.000 famílias.	1.313.000	4.350.000	5.663.000
	00913 - Implantar 105 empreendimentos de médio e grande porte.	3	12	15
	00983 - Apoiar a implantação de 10 polos e distritos industriais.	-	1	1
	01000 - Apoiar a instalação de 4 plataformas multimodais.	1	1	1
	01852 - Implantar 01 acesso viário.	1	-	1

SECRETARIA DAS CIDADES - CIDADES

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
031 - Desenvolvimento Urbano	00124 - Realizar 23 intervenções urbanas estruturantes.	-	6	6
	00125 - Executar 635 intervenções urbanas.	16	57	73
032 - Saneamento Ambiental	00199 - Executar 87.301 ligações domiciliares de esgoto.	-	6.479	6.479
	00221 - Beneficiar 82 municípios com instalações operacionais para destinação adequada de resíduos sólidos domiciliares.	-	28	28
	00248 - Executar 16.901 ligações domiciliares de água.	-	6.111	6.111
	00522 - Beneficiar 8 regiões de planejamento com diagnósticos da infraestrutura de macrodrenagem	-	1	1
	01691 - Executar 41.176 ligações domiciliares de água.	1.058	3.405	4.463
033 - Habitacional	00231 - Beneficiar 16.000 famílias com instalações sanitárias individuais.	500	1.500	2.000
	00232 - Beneficiar 20.000 famílias com fogões ecoeficientes.	625	1.875	2.500
	00233 - Beneficiar 8.000 famílias com melhorias habitacionais.	250	750	1.000
	00521 - Beneficiar 16.787 famílias com unidades habitacionais.	594	653	1.247

034 - Desenvolvimento Regional	00140 - Financiar 15 projetos de infraestrutura física no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará: Cidades do Ceará / Cariri Central.	5	10	15
	00141 - Executar 08 projetos econômicos relacionados aos Arranjos Produtivos Locais de calçados e turismo no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará: Cidades do Ceará / Cariri Central.	2	6	8
	00142 - Implementar 06 ações de desenvolvimento institucional, incluindo capacitações, equipamentos, consultorias, seminários e missões técnicas no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará: Cidades do Ceará / Cariri Central.	1	5	6
	00222 - Apoiar 152 Projetos de Inserção Produtiva.	10	18	28
	00223 - Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APLs.	2	4	6
091 - Desenvolvimento Institucional das Cidades	00224 - Capacitar 700 produtores de Arranjos Produtivos Locais e de Projetos de Inserção Produtiva.	30	90	120
	01542 - Beneficiar 50 municípios com a execução de projetos de melhoria da gestão.	14	14	14
	01543 - Beneficiar 20 municípios com instrumentos de planejamento urbano	9	9	9
	01546 - Beneficiar 10.000 famílias com atividades de regularização fundiária.	500	1.000	1.500

CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE - CONPAM

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	01516 - Implantar/implementar oito Centros Integrados de Apoio a Logística Reversa.	-	1	1
	01517 - Implantar a Gestão Regionalizada de Resíduos Sólidos em três macrorregiões administrativas do território cearense.	1	-	1
	01528 - Construir quinze viveiros de mudas regionais.	1	1	2
	01541 - Implantar um sistema de monitoramento da qualidade do ar no Estado do Ceará (11 Estações).	-	1	1
	01602 - Implementar 6 Unidades de Conservação para inclusão no projeto Parques Estaduais da Copa 2014.	1	-	1
	02996 - Fiscalizar e monitorar as 23 Unidades de Conservação Ambiental do Estado do Ceará.	1	1	1
084 - Educação Ambiental	01575 - Capacitar 1.200 pessoas (professores e gestores municipais) em Educação Ambiental.	300	900	1.200

084 - Educação Ambiental	01576 - Implementar a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P nas sedes das 19 setoriais do estado e 2 Universidades (URCA E UVA) (RMF, Sobral/Ibiapaba, Cariri/ SUL).	1	-	1
	01579 - Realizar 600 eventos informativos e educativos (fóruns, congresso, seminários, campanhas educativas, exposições, blitz etc.) com a temática ambiental.	20	60	80
	01583 - Apoiar 64 cursos (8 por macro região) de replicação da capacitação de professores (como Educadores Ambientais) nos municípios cearenses.	3	5	8
090 - Desenvolvimento Sustentado dos Territórios	01531 - Descentralizar a Gestão Ambiental em 20 municípios do Estado.	2	3	5
	01535 - Reduzir a utilização da lenha como matriz energética em 30% nas empresas do polo gesso e ceramista.	5	10	15
	01539 - Implementar o monitoramento Ambiental compartilhado em cinco açudes no Estado do Ceará.	1	-	1
	01559 - Implantar 11 projetos modelo.	1	1	2
	01561 - Implantar 16 arranjos produtivos locais.	-	2	2

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
039 - Transferência Hídrica e Suprimento de Água	01516 - Implantar-implementar oito Centros Integrados de Apoio a Logística Reversa	-	1	1
	01361 - Construir 407 km de adutoras.	49	15	64
	01363 - Construir 154,0 km do Cinturão das Águas do Ceará - 1ª Etapa.	-	154	154
	01374 - Instalar 780 pequenos sistemas de abastecimento d'água em todo o Estado do Ceará.	32	104	136
	01375 - Construir 970 poços em todo o Estado do Ceará.	45	169	214
	01379 - Revitalizar 600 pequenos sistemas de abastecimentos d'água em todo o Estado do Ceará.	19	57	76
	01472 - Elaborar 14 estudos de infraestrutura de transferência hídrica.	1	1	2
040 - Acumulação Hídrica	01335 - Construir 12 barragens aumentando a acumulação hídrica do Estado em 256 milhões de m³.	1	1	2
	01447 - Elaborar 11 estudos de infraestrutura de acumulação hídrica.	1	2	3
041 - Gestão dos Recursos Hídricos	01486 - Realizar 40 inventários ambientais.	3	3	6
	01487 - Monitorar 136 açudes públicos e 02 aquíferos.	26	26	26

SECRETARIA DO TURISMO – SETUR

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
075 - Construção e Desenvolvimento do Destino Turístico "Ceará"	01589 - Realizar 1.200 eventos de negócios.	30	170	200

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA – SEINFRA

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
003 - Transporte e Logística do Estado do Ceará	00053 - Atender a 5.000 usuários/dia útil ao final de 2015 na Região do Cariri.	2.000	3.000	5.000
	00082 - Conservar 11.000 km de rodovias.	2.257	2.257	2.257
	00106 - Ampliar/reformar 5 aeroportos regionais/aeródromos.	-	1	1
	00341 - Pavimentar (implantar) 582 km de rodovias.	17	110	127
	00401 - Implantar 15 km de linha ferroviária ao final de 2015 no município de Barbalha.	-	15	15
	00526 - Manter 13 aeroportos regionais/aeródromos.	2	-	2
004 - Matriz Energética do Estado do Ceará	00148 - Implantar 02 estações de regaseificação.	-	1	1
	00527 - Expandir em 193 km a rede de distribuição de gás natural.	-	10	10
	00681 - Ampliar de 448.000 m³/dia para 1.200.000m³/dia o volume de gás natural distribuído.	-	130.000	130.000
005 - Infraestrutura Complementar das Regiões do Estado do Ceará	00046 - Atender com telefonia pública 200 localidades rurais do Estado do Ceará.	25	25	50
054 - Edificações e Obras Públicas do Estado do Ceará	00268 - Fiscalizar e gerenciar 496 obras de edificações públicas.	37	62	99
	00312 - Construir, ampliar e reformar 900 abrigos rodoviários de passageiros.	50	160	210
	00314 - Reformar e recuperar 15 terminais rodoviários de passageiros intermunicipais.	2	2	4
	00481 - Construir uma unidade administrativa do Governo Estadual em Juazeiro do Norte.	1	1	1

4.3 - GRANDES NÚMEROS DO PPA

O planejamento do Governo do Estado do Ceará para o próximo quadriênio, constante do PPA 2012-2015, indica a aplicação de recursos na ordem de R\$ 84,6 bilhões, distribuídos entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, bem como o Ministério Público. Esse montante compreende o Orçamento

Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimento das Estatais não-Dependentes e de Recursos Extraorçamentários, tais como as Parcerias com a Iniciativa Privada.

A tabela a seguir mostra os valores especificados por fonte, bem como a participação relativa de cada um no total dos recursos para o período do PPA:

FONTE	VALOR (R\$ bilhões)	%
Fiscal/Seguridade Social	80,4	95,0%
Investimentos das Estatais	1,7	2,0%
Extra Orçamentária	2,5	3,0%
TOTAL	84,6	100%

Para a consecução dos objetivos, metas e iniciativas propostas no Plano Plurianual 2012-2015, o Estado prevê recursos, exclusivamente orçamentários, no montante de R\$ 82,1 bilhões, os quais são originados, principalmente, do tesouro estadual, de operações de crédito, de transferências intergovernamentais e da arrecadação própria dos Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, em que o Estado detém a maioria do capital.

O financiamento do tesouro estadual corresponde, especialmente, às fontes de arrecadação de tributos de competência estadual, a cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e da Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás (Royalties), totalizando cerca de R\$ 67,0 bilhões para o período.

Com relação às Operações de Crédito, o

Estado projeta uma carteira de empréstimos no montante de R\$ 5,7 bilhões, mantendo um endividamento público responsável, assegurando o financiamento de projetos estratégicos.

No que concerne às transferências intergovernamentais, provenientes principalmente de convênios celebrados com o Governo Federal, o Estado prevê uma captação em torno de R\$ 4,1 bilhões. As transferências voluntárias são demais relevantes para a composição do financiamento de obras como a Integração das Bacias Hidrográficas do Ceará, a Adequação de Trechos Rodoviários e a expansão da infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional, além de projetos de enfrentamento à pobreza, dentre outros.

O Financiamento do Plano, em termos orçamentários e por área temática, se consolida com a seguinte composição:

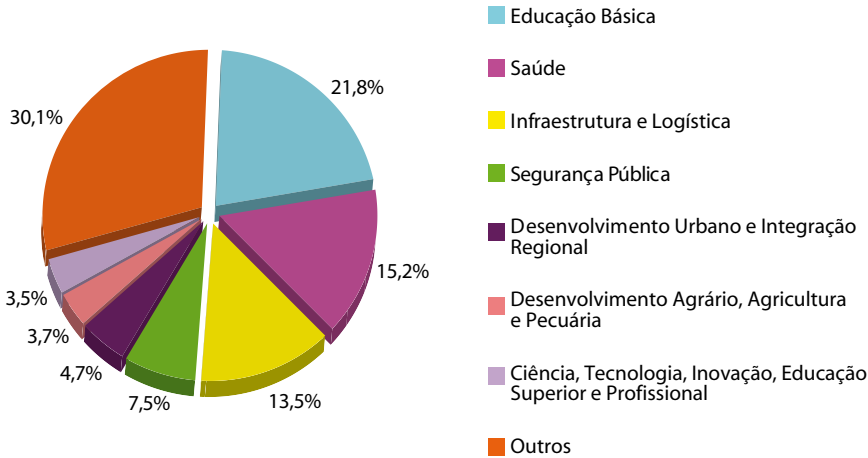
FINANCIAMENTO	VALOR (R\$ bilhões)	%
Tesouro Estadual	67,0	81,6%
Operações de Crédito	5,7	7,0%
Convênios	4,1	5,0%
Arrecadação Própria da Administração Indireta	2,4	2,9%
Outras Receitas	2,9	3,5%
TOTAL	82,1	100%

A alocação dos recursos por Área Temática, excluindo as transferências obrigatórias aos municípios e demais encargos gerais do Estado, bem como a reserva de contingência, obedecem à seguinte distribuição:

ÁREA TEMÁTICA	VALOR (R\$ bilhões)	%
Educação Básica	12.829,5	21,7%
Saúde	8.950,7	15,2%
Infraestrutura e Logística	7.955,3	13,5%
Segurança Pública	4.448,3	7,5%
Desenvolvimento Urbano e Integração Regional	2.783,3	4,7%
Gestão Fiscal	2.232,7	3,8%
Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária	2.206,9	3,7%
Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional	2.037,6	3,5%
Governo e Sociedade	1.734,8	2,9%
Recursos Hídricos	1.131,4	1,9%
Turismo	1.103,1	1,9%
Desenvolvimento Social e Trabalho	1.055,1	1,8%
Planejamento e Gestão	982,5	1,7%
Desenvolvimento Econômico	900,4	1,5%
Justiça e Cidadania	797,3	1,4%
Acesso à Justiça	371,4	0,6%
Copa 2014	355,6	0,6%
Meio Ambiente	296,4	0,5%
Cultura	285,7	0,5%
Esporte e Lazer	203,5	0,3%
Aquicultura e Pesca	132,5	0,2%
Correição e Disciplina	45,5	0,1%
Controladoria e Ouvidoria	38,1	0,1%
Subtotal – Poder Executivo	52.877,6	89,6%
Judiciário	3.299,8	5,6%
Legislativo e Controle Externo	1.874,1	3,2%
Essencial à Justiça	944,1	1,6%
TOTAL	58.995,6	100,0%

Do total de recursos aplicados nas áreas temáticas, destacam-se Educação Básica; Saúde; Infraestrutura e Logística; Segurança Pública; Desenvolvimento Urbano e Integração Regional; Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária; e, Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional que respondem com 70% de todos os recursos considerados, conforme gráfico que se segue:

Distribuição percentual dos Recursos Aplicados das áreas Temática





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Vice-Governadoria
Secretaria do Planejamento e Gestão*

VICE-GOVERNADORIA

VICE-GOVERNADOR

Domingos Gomes de Aguiar Filho

SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Irapuan Diniz de Aguiar Júnior

SECRETÁRIA ADJUNTA DA VICE-GOVERNADORIA

Sílvia Helena Goes Moura

SECRETÁRIA EXECUTIVA DA VICE-GOVERNADORIA

Rossana Catunda Resende Sousa

COORDENADOR DE PROJETOS ESPECIAIS

Francisco José Caminha Almeida

COORDENADOR DO PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO

Antônio Nóbrega Filho

SUPERVISORA TÉCNICA

Maria Tereza Andrade Barros

ASSESSORIA TÉCNICA

Fátima Lúcia de Andrade Feitosa

AUXILIARES

Luana Duarte Paiva

Lúcia Beatriz de Abreu Camilo

Samuel de Oliveira Lins



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Vice-Governadoria
Secretaria do Planejamento e Gestão*

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

SECRETÁRIO

Antonio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

SECRETÁRIO ADJUNTO

Philippe Théophilo Nottingham

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Marcos Antônio Brasil

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - CPLOG

Ana Lúcia Lima Gadelha

Naiana Corrêa Lima

Marcos Medeiros de Vasconcellos

Gerência da Célula do Planejamento Participativo e Regionalizado

Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha

Equipe Técnica responsável pela elaboração

Ana Lúcia Lima Gadelha

Adelaide Maria Braga da Silva Prata

Fátima Coelho Benevides Falcão

Francisca Maria de Sousa Moreira

Francisco Menezes de Freitas

Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha

Maria Carmelita Sampaio Colares

Maria Lúcia Holanda Gurjão

Maryland de Oliveira Marinho

Renata Pontes Viana

Sandra de Souza

Sandra Maria Braga

Virgínia Dantas Soares Teixeira

HINO DO CEARÁ

POESIA DE THOMAZ LOPES

MÚSICA DE ALBERTO NEPOMUCENO

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de pratas rolem das estrelas...
E despertando, deslumbrada ao vê-las,
Ressoe a voz dos ninhos...
Há de florar nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos

Seja teu verbo a voz do coração,
- Verbo de paz e amor do sul Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão,
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que o teu barco seja um nada.
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros?

Sim, nós te amamos, em aventuras de mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras florestas
Brotem do solo em rumorosas festas!



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Vice-Governadoria
Secretaria do Planejamento e Gestão*